



**ISIS SILVA SANTOS**

**INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES: A COEXISTÊNCIA DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. O CASO  
DA COOPERATIVA PRODUTORA DE PÃES NO BAIRRO DA ENGOMADEIRA –  
SALVADOR/BA.**

**SALVADOR**

**2005**

**ISIS SILVA SANTOS**

**INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES: A COEXISTÊNCIA DA  
ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. O CASO  
DA COOPERATIVA PRODUTORA DE PÃES NO BAIRRO DA ENGOMADEIRA –  
SALVADOR/BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Ciências  
Econômicas como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de  
Freitas Balanco.

**SALVADOR**

**2005.**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB 5-960

Santos, Isis Silva

S 237 Incubação de cooperativas populares: a coexistência da economia Solidária e do modo de produção capitalista. O caso da Cooperativa Produtora de Pães no Bairro da Engomadeira – Salvador/Ba/ Isis Silva Santos. \_\_ Salvador, 2004.

88 p. il.

Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2005.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco

1. Cooperativas Populares - Bahia
2. Economia Solidária
3. Incubadora

CDD – 334.098142

**Isis Silva Santos**

**Incubação de Cooperativas Populares: A Coexistência da Economia Solidária e do Modo de Produção Capitalista. O Caso da Cooperativa Produtora de Pães no Bairro da Engomadeira – Salvador/Ba**

Aprovada em \_\_\_\_\_ de 2005

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Antônio Plínio de Moura  
Prof. Dr. da Faculdade de Economia  
da UFBA

\_\_\_\_\_  
Ihering Guedes Alcoforado  
Prof. Dr. da Faculdade de Economia da  
UFBA

*À Deus pela dádiva da vida, aos meus pais  
pela colaboração e compreensão sem limites  
e aos mestres por me concederem a  
oportunidade de aprender.*

## AGRADECIMENTOS

- Agradeço a DEUS pela dádiva da vida e por me mostrar nos momentos mais difíceis, que está incondicionalmente ao meu lado.
- Aos meus pais, pela simples lição de mostrar o que é certo e errado, fundamentando assim minhas principais qualidades: a sinceridade, a lealdade e a honestidade.
- À minha avó Maria Isabel da Silva (*em memória*), minha segunda mãe.
- Ao meu irmão Lucas Santos e a minha prima Marta Leal, pela atenção e companheirismo.
- Aos demais familiares, pelas palavras de incentivo e confiança na minha vitória.
- Aos colegas e amigos Augusto José, Elisabete Santos, Fernanda Benício, Hugo Magalhães, Lucianne Sacramento e Luís Pires, pela amizade, pelo forte espírito de coleguismo, pelo companheirismo e colaboração na formação do meu aprendizado.
- Aos amigos e irmãos em cristo Adelíris, Caio, Ciro, Ianei, Luciene e Muniz, pela amizade, colaboração nas horas difíceis e palavras de apoio.
- Às famílias de Caio e Ciro, Elisabete, Ianei e Lucianne por me acolherem nesta jornada.
- Aos demais amigos que colaboraram indiretamente nesta concretização.
- Aos antigos professores, que tornaram possível o meu ingresso nesta universidade.
- Aos professores atuais, por me oferecerem a formação profissional e por me imbuírem do espírito de ser uma economista.
- Aos professores: Antônio Renildo por acreditar no meu potencial e por despertar em mim o interesse pela docência, Lia Teresinha pela amizade e disposição em ajudar, Paulo Antônio Balanco por ter me aceitado como orientanda, além de me oferecer atenção e palavras confortáveis.
- Aos funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, especialmente Marise e Nildes pelo tratamento atencioso e pela disposição em ajudar e Raimundo e Washington pela amizade e por me receberem sempre com um sorriso e um doce cumprimento.
- À ITCP, em especial à Maurício, Odair, Suely e Zuzélia, por me receberem, me orientarem e permitirem a realização da pesquisa.
- À COOFE, especialmente aos cooperandos que são exemplos de luta e determinação.
- Ao BANSOL, em especial a Cleber, Esdras, Fabiana, Luís e Vicente por me aceitarem como membro e pelo exemplo de utilizarem seus conhecimentos e abdicarem parte de seu tempo em prol de projetos socioeconômicos.

“Solidariedade é uma palavra saborosa que vale como aposta radical na generosidade do ser humano e em sua capacidade de ver o semelhante, o outro, como parceiro e amigo – não como rival e competidor” (*Luiz Inácio Lula da Silva*).

## RESUMO

O presente trabalho monográfico objetiva apresentar a Economia Solidária num contexto capitalista, ressaltando o papel da ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como catalisadora de iniciativas autônomas, através da construção e do suporte oferecido à cooperativas populares. Inicialmente, são abordadas as diferenças e contradições dos conceitos atribuídos à Economia Solidária e a teorias similares, em seguida se expõe seus acontecimentos precursores e os meios de disseminação no Brasil. Trata também das características do capitalismo que engendraram a inserção da Economia Solidária, além de revelar os benefícios e entraves desta coexistência. E por fim, apresenta a descrição do processo de incubação promovido pela ITCP/UNEB, a assistência técnica oferecida em parceria com o BANSOL - Associação de Fomento à Economia Solidária e a transferência de tecnologia, a qual envolve o corpo discente e docente da UNEB, porém se encontra em processo embrionário. Tendo como desfecho final uma análise do estudo de caso da COOFE - Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira, com o intuito de evidenciar a pertinência das hipóteses levantadas, principalmente, no que concerne a geração alternativa de ocupação e renda.

**Palavras-chave: Economia Solidária; Incubadora; Cooperativas Populares – Bahia.**



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### GRÁFICOS:

**Gráfico 1** - Crescimento do capital fixo e dos ativos financeiros (1980-1992) – página 24.

**Gráfico 2** – Classificação da Ocupação no Brasil em 2004 – página 30.

**Gráfico 3** – Sexo dos Cooperandos – página 54.

**Gráfico 4** – Faixa Etária dos Cooperandos – página 54.

**Gráfico 5** – Renda dos cooperandos anterior ao ingresso na cooperativa – página 55.

**Gráfico 6** – Receitas no período 2000-2003 – página 60.

**Gráfico 7** – Despesas no período 2000-2003 – página 61.

**Gráfico 8** – Lucro ou prejuízo no período 2000-2003 – página 64.

### FIGURAS:

**Figura 1** – Esquema de Organização de Complexos Cooperativos – página 37

**Figura 2** – Estrutura Física da Incubadora – página 41.

**Figura 3** – Assistência Técnica dos Colaboradores da ITCP – página 46.

**Figura 4** – Assistência Técnica dos Colaboradores da ITCP – página 46.

**Figura 5** – Mapa de Salvador- Bahia, em destaque bairro da Engomadeira – página 50.

**Figura 6** – Localização da COOFE no bairro da Engomadeira – página 52.

**Figura 7** – Estrutura Física Externa da COOFE – página 57.

**Figura 8** – Estrutura Interna da COOFE – página 57.

**Figura 9** - Estrutura Interna da COOFE – página 57.

**Figura 10** - Salas de Produção da COOFE – página 58.

**Figura 11** - Salas de Produção da COOFE – página 58.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Situação dos Trabalhadores da PEA nos anos de 1989 e 1996 – página 29.

**Tabela 2** – Demonstrativo Financeiro da COOFE - 2000 (ano de formação) – página 62.

**Tabela 3** – Demonstrativo Financeiro da COOFE – 2003 – página 63.

## LISTA DE SIGLAS

**ADESOL** – Agência Local de Desenvolvimento da Economia

**ADS** - Agência de Desenvolvimento Solidário

**BANSOL** – Associação de Fomento à Economia Solidária

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**COEP** – Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional

**COOFE** – Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira

**COPPE** – Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós Graduação e pesquisa de Engenharia

**COOPETANE** - Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves

**CUT** – Central Única dos trabalhadores

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio Econômicos

**EES** – Empreendimentos Econômicos –Solidários

**FBB** – Fundação Banco do Brasil

**FBCF** – Formação Bruta de Capital Fixo

**FENEAD** – Federação Nacional dos Estudantes de Administração

**FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos

**FUNCEP** – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza

**IBGE** – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico

**ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço

**ITCP** – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

**IR** – Imposto de Renda

**JUCEB** – Junta comercial do Estado da Bahia

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais PIB – Produto Interno Bruto

**OCB** – Organização de Cooperativas Brasileiras

**OCDE** – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PAC** - Projetos Alternativos Comunitários

**PEA** – População Economicamente Ativa

**PIB** – Produto Interno Bruto

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SECOMP** - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

**SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária

**SETRAS** – Secretaria de Trabalho e Ação Social

**SIS** – Superintendência de Apoio à Inclusão Social

**SUCOM** - Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município de Salvador

**UFBA** – Universidade Federal da Bahia

**UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNEB** – Universidade Estadual da Bahia

**UNITRABALHO** - Programa Permanente da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	17
2.1	CONCEITOS.....	17
2.2	GÊNESE .....	19
2.3	INSERÇÃO NO BRASIL .....	20
3	<b>A COEXISTÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA</b> .....	22
3.1	TRANSFORMAÇÕES QUE PROPICIARAM A COEXISTÊNCIA .....	23
3.1.1	<b>Aumento do Desemprego via Enfraquecimento de Investimentos Produtivos</b> .....	23
3.1.2	<b>A Desestruturação e a Precarização do Trabalho</b> .....	25
3.1.3	<b>Agravamento da Pobreza</b> .....	31
3.2	BENEFÍCIOS .....	32
3.3	ENTRAVES .....	33
3.4	RELAÇÃO COM O GOVERNO .....	35
4	<b>O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP)</b> .....	40
4.1	PROCESSO DE INCUBAÇÃO .....	42
4.1.1	<b>Curso de Cooperativismo</b> .....	42
4.1.2	<b>Estruturação do Empreendimento Cooperativo</b> .....	43
4.1.3	<b>Acompanhamento do Empreendimento</b> .....	45
4.2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	45
4.3	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA .....	47

<b>5</b>	<b>A COOPERATIVA MÚLTIPLA FONTES DE ENGOMADEIRA</b>	49
5.1	METODOLOGIA	49
5.2	O CONTEXTO DO BAIRRO	50
5.3	A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA	52
5.4	OS COOPERANDOS	53
5.5	PRODUÇÃO, VENDAS E COMERCIALIZAÇÃO	56
5.6	ANÁLISE DOS GASTOS E RECEITAS	59
5.7	PERSPECTIVAS	64
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	66
	<b>REFERÊNCIAS</b>	68
	<b>APÊNDICES</b>	71
	<b>ANEXOS</b>	76

## 1 INTRODUÇÃO

Economia e solidariedade, o que tem em comum? Como tais palavras podem migrar de seus pólos para formar a Economia Solidária? Esta nova fórmula híbrida se coloca cada vez com mais força e embasamento, conseguindo galgar uma secretaria no Ministério do Trabalho do atual governo, comandada por um dos mais respeitáveis economistas deste país, Paul Singer.

Atualmente, a Economia Solidária está sendo bastante divulgada, incitando o interesse de muitos, sejam profissionais e estudantes, sejam simplesmente curiosos. Do interesse sempre surge o questionamento sobre o porquê da disseminação deste novo modelo que incorpora a solidariedade como princípio fundamental na realização de suas atividades econômicas. Tal propagação da Economia Solidária está totalmente vinculada a profunda crise estrutural na qual se encontra o capitalismo.

Notamos, assim, que o sistema capitalista vem engendrando menores condições de sobrevivência para uma grande parcela da população excluída do mercado de trabalho e com ínfimas possibilidades de inserção no mesmo. Este sistema vem demonstrando que não consegue atender a todas as dimensões, principalmente no setor social, propiciando o aumento vertiginoso de iniciativas da sociedade civil. Isto oferece oportunidades para a ação da ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares localizada na UNEB – Universidade do Estado da Bahia, a qual oferece o alicerce para tais iniciativas através da assistência técnica solidária à cooperativas.

Inserido neste contexto, este trabalho monográfico oferece um maior grau de conhecimento sobre a incubação de cooperativas populares, oferecendo uma visão mais precisa do processo de incubação, principalmente, através de uma análise do estudo de caso de uma cooperativa, a COOFE - Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira.

Esta monografia tem como objetivo analisar a cooperativa popular produtora de pães – COOFE – localizada no bairro da Engomadeira, o impacto nos aspectos econômicos dos



cooperandos, principalmente no que concerne à ocupação e à renda. Deste modo, também é possível analisar que a incubadora abre uma nova perspectiva para as cooperativas de bairros periféricos, capacitando-as e oferecendo suporte para sua inserção no excludente mercado capitalista.

Quanto ao problema, busca-se saber se as ações da ITCP são decisivas no sentido de capacitar uma cooperativa popular, tornando-a auto-sustentável e geradora de ocupação e renda para seus integrantes.

No que tange à hipótese, deseja-se verificar se, através da incubadora, a cooperativa popular adquire benefícios capazes de promover a sustentabilidade sócio-econômica do empreendimento popular, podendo, assim, oferecer oportunidades reais de geração de renda para os componentes da empresa autogestionária.

A validade desta hipótese foi verificada mediante a análise das seguintes variáveis:

- 1- Renda – ao ingressar na cooperativa, os componentes passam a ter uma renda superior ou pelo menos similar à renda que possuíam antes do ingresso.
- 2- Ocupação – a cooperativa popular oferece ocupação aos seus integrantes, os quais se encontram excluídos do mercado de trabalho.
- 3- Capacidade Gerencial – A ITCP oferece aos integrantes da cooperativa cursos de gestão e capacitação para a execução de suas atividades laborativas voltadas para a produção e administração técnica e financeira dos negócios.
- 4- Escala de Produção/Volume de Negócios – A quantidade produzida e quantidade de vendas são suficientes para cobrir os custos e garantir a renda dos cooperandos, porém não captando lucro.

- 5- Tecnologia – A ITCP transfere tecnologia produzida na universidade (UNEB) para as cooperativas.

Para que essa análise fosse realizada, foi utilizado, inicialmente, neste trabalho monográfico o conhecimento sobre o histórico da economia solidária, destacando a gênese, o contexto internacional e a inserção da Economia Solidária no Brasil. No que concerne aos aspectos teóricos da economia, a monografia foi embasada de tal forma, a fim de mostrar a coexistência da Economia Solidária e do modo de Produção Capitalista, oferecendo maior enfoque às transformações que propiciaram tal coexistência, aos benefícios e entraves e à relação do governo com a Economia Solidária.

Em tal grau, após tais exposições, foi possível mostrar com mais fundamento o papel da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, em particular a descrição do processo de incubação, a assistência técnica e a transferência de tecnologia. E para melhor ilustrar e dar veracidade a tais informações foi feita uma análise descritiva e exploratória de uma cooperativa, a COOFE, destacando a contextualização do bairro no qual está situada, a formação da cooperativa, descrição socioeconômica dos cooperandos, descrição da produção, vendas e comercialização, análise dos gastos, receitas e remuneração e perspectivas.

## 2 HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Imaginem se a economia capitalista pudesse ter um paliativo, ou, mais precisamente, um remédio amenizador de seus males. Com certeza pensaria-se numa transição para um sistema socialista ou em qualquer outro sistema alternativo. Porém, a discussão aqui efetuada não se relaciona à perspectiva de ruptura dos laços com o capitalismo e, sim, buscar a coexistência entre a economia capitalista e a solidária. Isso porque as desigualdades engendradas pelo capitalismo são tão gritantes que já é chegado o momento de criar meios alternativos para absorver, incluir no mercado, pessoas que se encontram a margem da sociedade, podendo iniciar um processo de auto-emancipação. Não refiro-me ao advento de um modo de produção pós-capitalista e nem mesmo à solução para o desemprego, mas a possibilidade de coexistência entre sistemas distintos, onde a Economia Solidária se incumbe de minimizar os efeitos iníquos do capitalismo.

### 2.1 CONCEITOS

A Economia Solidária possui conceitualmente dois grandes impasses. O primeiro refere-se à questão ideológica. Isso porque alguns autores esperam que os resultados das ações solidárias atuem na economia e sociedade a fim de erradicar a pobreza, o desemprego e a desigualdade através da difusão dos valores da sociedade humana. Evidencia-se, assim, um pensamento totalmente utópico, acreditando numa alternativa socialista à economia capitalista. Ora, deve-se lembrar que a economia solidária é dependente do sistema capitalista, no que se refere a sua própria existência, ou seja, o seu caráter intersticial, forma de existência direcionada a suprir, principalmente, a carência social que é colocada em último plano pelo capitalismo.

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal (SINGER, 2002, p.116).

Outra dependência está relacionada ao mercado, pois a Economia Solidária, empiricamente, depende do mercado capitalista para escoar sua produção, necessitando competir com as empresas que estão nos moldes do sistema vigente. Assim, é clarividente que a Economia Solidária é potencialmente um instrumento minimizador das desigualdades engendradas pelo capitalismo, o que poderá criar as bases para fomentar um Estado de Bem-Estar Social.

O segundo impasse está relacionado à dificuldade de expor com clareza conceitos que se interpenetram: Terceiro Setor, Economia Popular, Economia Social e Economia Solidária.

Segundo FRANÇA (2002), o Terceiro Setor é imbuído de um caráter filantrópico, caracterizando, assim, as organizações sem fins lucrativos, as quais devem apresentar imprescindivelmente as seguintes características: as organizações precisam ser “formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária” (SALOMON ; ANHEIER apud. FRANÇA, 2002, p.10).

Para KRAYCHETE (2002), a economia solidária deve ser tratada como a economia dos setores populares, o qual seria um termo mais adequado para um país periférico como o Brasil, por refletir a migração da massa de desempregados sem esperança de se posicionar num emprego regular assalariado, para uma alternativa autogestionária. “... Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam as nossas utopias [grifo meu]” (KRAYCHETE, 2002, p.85).

A Economia Social e a Economia Solidária compartilham das mesmas raízes históricas, as quais coincidem com o movimento associativista operário europeu na primeira metade do século XIX. Neste contexto, as reações populares foram adquirindo forças, engendrando ações solidárias. No tocante às suas diferenças, nota-se que, hoje, a Economia Solidária é mais politizada, desenvolvendo atividades econômicas que possibilitem alcançar objetivos sociais. Segundo França, a economia solidária é, historicamente, uma reatualização da economia social (FRANÇA, 2002, p.13).

O conceito mais pertinente para a Economia Solidária é a ação de uma série de iniciativas promovidas por diversos campos (associativismo, cooperativismo, popularização do crédito), mas que não é um sistema alternativo ao capitalismo e sim um paliativo gerador de ocupação e renda para incluir no mercado os trabalhadores excluídos do modo de produção capitalista<sup>1</sup>.

## 2.2 GÊNESE

O advento da Economia Solidária tem como precursores os artesãos excluídos do mercado, mediante a forte concorrência que se instaurou com a introdução das máquinas no processo produtivo. Esta é a fase do capitalismo industrial, na qual inicia-se o processo onde os trabalhadores deixam de ser proprietários dos meios de produção e perdem o conhecimento sobre as etapas do processo produtivo.

O sistema capitalista pressupõe a separação completa dos trabalhadores quanto a toda propriedade dos meios pelos quais podem realizar seu trabalho... A chamada acumulação primitiva, portanto, nada mais é que o processo histórico de divorciar o produtor dos meios de produção... (MARX apud. DOBB, 1987, p. 226)

Neste processo os trabalhadores são explorados incansavelmente, inclusive mulheres e crianças que cumpriam grandes e íngremes jornadas de trabalho. Os operários exerciam um ritmo de trabalho alienante, levando-os a desprender forças apenas para as atividades laborais, não restando tempo para o trabalhador se instruir, se desenvolver e promover sua participação na sociedade. Isso porque, para o capitalista uma extensa jornada de trabalho refletia uma maior produção de mais-valia.

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. (MARX, 1999, p.253).

Nesta ótica, fora percebido que, com toda essa exploração, as forças do trabalhador se exauria gradativamente, comprometendo a elevação da produtividade do trabalho. Deste

modo percebeu-se que os trabalhadores necessitavam de um amparo legal. Dentre seus defensores, estava um industrial britânico conhecido por Robert Owen. Ele, dentre outros feitos, proibiu o trabalho de indivíduos infantes e reduziu a jornada de trabalho para seus operários, tendo como resultado a elevação da produtividade do trabalho e a conseqüente elevação dos lucros.

Owen propôs ao governo britânico em tempos de crise - proveniente dos percalços da Revolução Francesa – que os fundos de sustento dos pobres fossem alocados na construção de aldeias cooperativas, onde os trabalhadores produziram sua própria subsistência, podendo inclusive, trocar excedentes da produção entre as aldeias.

Apesar de sua proposta ter sido indeferida, seus ideais germinaram, pois em 1824, nasceu entre outras, a primeira cooperativa nos moldes owenista, a qual coincide com o surto de sindicalismo. Vale ressaltar que a maior conquista de Owen ocorreu em 1833, quando o Congresso Cooperativo de Londres aprovou a criação da Grande Guilda Nacional dos Construtores a fim de fomentar a implantação de uma cooperativa nacional de construção. Deste modo, o cooperativismo criava suas bases e desde cedo almejava a formação de um modo de produção alternativo ao capitalismo (SINGER, 2002, p.33).

### 2.3 INSERÇÃO NO BRASIL

No campo teórico, os primeiros conceitos relacionados à Economia Solidária foram apresentados pelo autor chileno Luiz Razeto na obra “Economia de solidariedade e organização popular.”

Quanto à terminologia Economia Solidária, Paul Singer foi o primeiro a usá-la, em julho de 1996 na Folha de São Paulo, com o título Economia solidária contra o desemprego. Todavia, foi Aloísio Mercadante que utilizou o termo para batizar uma proposta de SINGER.

As iniciativas precursoras da Economia Solidária no Brasil surgiram em 1980 (a década perdida), através de uma entidade denominada Cáritas, vinculada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a qual ofereceu linhas de crédito para pequenos projetos conhecidos como PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Os PACs atuam na zona rural e urbana até mesmo em assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais), gerando ocupação e renda. Tal inserção também se deu através da recuperação de empresas em decadência, as quais conseguem se reerguer se afirmando como cooperativas, a fim de sair de crises. (SINGER, 2002, p.122 - 123).

Outro meio eficaz de inserção da Economia Solidária foi através da introdução das ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), as quais se encontram inseridas em universidades, onde reúnem-se periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e capacitar cooperativas populares localizadas em bairros periféricos, contribuindo na geração de ocupação e renda.

A primeira ITCP foi criada em 1995 com o apoio da Ação pela Cidadania e do Banco do Brasil, incitando a criação de várias ITCPs em diversas universidades brasileiras, formando a Rede Universitária das incubadoras. Mas, a idéia de fomentar a criação de cooperativas populares a partir das Universidades surgiu com a experiência desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz, a FIOCRUZ, em 1994. O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC, lançado em Maio/98, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Fundação Banco do Brasil - FBB, Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional - COEP e Programa Comunidade Solidária, teve o objetivo de estender essa experiência a outras universidades brasileiras.

### **3 A COEXISTÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

A Economia Solidária e o sistema capitalista, apesar de possuírem fundamentos antagônicos, conseguem conviver “harmoniosamente” num contexto sócio-econômico. Tal convivência já faz parte da pauta de planejamento dos governos de alguns países europeus, principalmente na França. No Brasil, o atual governo demonstra grande interesse pelo assunto, criando um órgão específico, a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária (ANEXOS A, B e C), pertencente ao Ministério do Trabalho, sob o comando do economista Paul Singer. Todavia a indagação é inevitável: como é possível a convivência de princípios tão díspares? Qual o motivo desse elo?

A coexistência da Economia Solidária e do modo de produção capitalista só é possível mediante a abertura que o próprio sistema concede. Ou seja, o capitalismo possui, intrinsecamente, as condições que propiciam a inserção da Economia Solidária no sistema vigente. Mais precisamente, tais condições emergem da profunda crise estrutural que o sistema capitalista se encontra.

A crise é um fenômeno inerente ao capitalismo, se revelando no momento em que este se encontra em depressão, passando por um período de desaceleração do crescimento econômico, redução do investimento, principalmente, daquele voltado para o circuito produtivo e altas taxas de desemprego.

Com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, o capitalismo se transforma paulatinamente de manufatureiro em industrial, adquirindo muitas de suas características atuais: dinamismo tecnológico, centralização do capital em grandes firmas, generalização da economia de mercado e do trabalho assalariado. Uma destas características tem sido sumamente importante: a instabilidade, a sucessão de fases de prosperidade, crise e depressão. (SINGER, 1987, p.39).



### 3.1 TRANSFORMAÇÕES QUE PROPICIARAM A COEXISTÊNCIA

#### 3.1.1 Aumento do Desemprego via Enfraquecimento de Investimentos Produtivos

No que concerne aos investimentos, o problema mais agudo se localiza no setor produtivo, que vem decaindo, concomitantemente, com a ascensão do setor financeiro. Isto forma um grande entrave, pois o setor produtivo que cria valor e rendimento e alimenta o financeiro, não está recebendo as injeções de investimento necessárias. Isto porque, orientados pelo fenômeno global da financeirização da economia, os investimentos vem sendo aplicados no setor financeiro. Ou seja, os lucros destinados ao investimento produtivo estão diminuindo em contraste com os investimentos financeiros que resultam em ganhos rentistas, que são suscetíveis a maiores riscos, devido a grande vulnerabilidade nos mercados financeiros. Tal queda dos investimentos produtivos é explicada através do “efeito de evicção”, ou seja, um efeito de substituição dos investimentos produtivos por financeiros (SERFATI, [19??], p.162).

O crescimento dos ativos financeiros sobre os produtivos é um fenômeno mundial que pode ser visualizado, comparando o aumento vertiginoso das taxas dos ativos financeiros com as taxas de investimento real, ou seja, do PIB. Tal comparação pode ser analisada no gráfico a seguir, o qual expõe o caso dos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

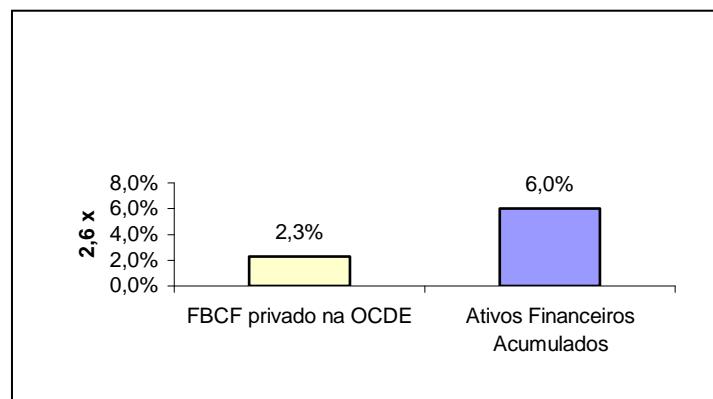


Gráfico 1 – Crescimento do Capital do Capital Fixo e dos Ativos Financeiros (1980 – 1992)  
(percentual de crescimento anual real)

Fonte: Dados da OCDE , disponível em CHESNAIS,1996, p.245.

Agravando ainda mais esse quadro, as empresas tendem a não agirem sozinhas no mercado financeiro, atuando através de grandes grupos industriais que adquirem e investem ativos financeiros através dos fundos mútuos e fundos de pensão. Estes grupos são liderados por uma sociedade *holding*<sup>2</sup> que tem por função centralizar e controlar ativos produtivos e financeiros. Vale ressaltar que seu principal papel é arbitrar seus ativos financeiros. “... As 200 maiores empresas multinacionais realizaram um volume de negócios equivalente a 26,8% do PIB mundial em 1992...” (SERFATI, [19??], p.141).

A esfera financeira se torna cada vez mais autônoma com a exclusão do processo produtivo, onde o capital se valoriza conservando a forma dinheiro. O processo se inicia pelo endividamento, seja através da emissão de títulos, seja através de fundos mútuos, a fim de se captar os recursos necessários para se adquirir ativos financeiros que quando transacionados no mercado geram ganhos rentistas. Em seguida, estes ganhos cobrem o endividamento e após são reinvestidos financeiramente, numa espécie de auto-alimentação do processo, onde o capital-dinheiro transita neste ciclo como insumo, produto e mais-valia. Neste contexto, o capitalista se afasta do processo produtivo, pois o processo se tornou abstrato, intangível, saindo de (D – M - ... P... M' – D') para (D – D'), ao qual Marx se refere, com muita propriedade, como o “ciclo encurtado do capital-dinheiro”.

... D – D' representa a forma vazia de conteúdo do capital, a inversão e a materialização das relações de produção elevadas à máxima potência: a forma produtora de juro, a forma simples do capital em que ela é a condição prévia de seu próprio processo de reprodução – é a mistificação capitalista em sua forma mais brutal. (MARX apud. CHESNAIS, 1997, p.34).

Diferentemente, uma pequena parcela da mais-valia é investida no setor produtivo, enfraquecendo-o e levando-o a diminuir sua oferta de trabalho, culminando assim numa redução do trabalho assalariado. Assim, o acesso à renda se torna cada vez mais difícil, excluindo cidadãos do meio social, condenando-os à marginalização no sistema vigente.

### 3.1.2 A Desestruturação e a Precarização do Trabalho

No final do século XX, pode-se perceber com clarividência a magnitude e o alcance das transformações econômicas, sociais e políticas que se manifestam tanto nos países capitalistas centrais, quanto nos subdesenvolvidos. Segundo o autor FILGUEIRAS (1997), nota-se nos países desenvolvidos a transição de um Estado de Bem – Estar Social para um estado de “mal-estar”, oriunda da perda de estabilidade, a qual assegurava principalmente a proteção ao trabalho e a segurança social.

Hoje, evidencia-se em quase todos os países ocidentais uma forma hegemônica de calcar o pensamento político e ideológico, o qual recebe a denominação de neoliberalismo. Assim, para o autor, é imprescindível a compreensão da gênese do neoliberalismo, a fim de fazer relações de inovação, semelhanças e contradições com a sua raiz antecessora: o liberalismo.

Anteriormente ao liberalismo, a sociedade europeia vivia sob o regimento do Estado Absolutista, o qual, apesar de ter contribuído para revolução comercial e acumulação primitiva de capital, tornou-se posteriormente um grande empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, ou mais precisamente à livre mobilidade do capital. Assim, para eliminar esse entrave, emergiu-se um novo ideal: o liberalismo, o qual pregava a não intervenção do Estado e a total liberdade econômica e política dos indivíduos.

Para o liberalismo, o sistema econômico de um país não deveria possuir a intervenção do Estado, pois o mercado deveria ser regulado estritamente pela “mão invisível”, equilibrando os interesses individuais, porém assegurando o interesse geral. O poder do Estado também fora tomado através das Revoluções Burguesas, as quais contribuíram na retirada do poder condensado nas mãos únicas do governante absolutista e descentralizado com a separação dos poderes. Vale ressaltar que, de forma empírica, o Estado nunca ficou totalmente neutro em relação à intervenção econômica.

Já o neoliberalismo, emerge através de uma reação teórica e política, se opõe ao Estado de Bem-Estar Social ou mais precisamente, é contra qualquer forma de intervenção econômica do Estado. Para o neoliberalismo a política econômica deve garantir apenas a estabilidade dos preços e do cumprimento dos contratos. No que tange o aspecto social, tal ideologia também se opõe às medidas redutoras de desigualdades, isto porque geraria uma acomodação dos indivíduos contemplados, culminando na desaceleração da competição, a qual funcionaria como força motriz do capitalismo.

O liberalismo e o neoliberalismo econômico compartilham alguns princípios, como o individualismo político e social, a defesa do mercado como único regulador da economia e a democracia representativa. Diferentemente, o liberalismo foi uma espécie de arauto da modernidade, em defesa dos princípios burgueses e a conseqüente superação do obsoleto Estado Absolutista. Enquanto isso, a doutrina neoliberal pregou um retorno ao passado, mais precisamente ao período anterior à crise de 1929, momento no qual a economia era regulada exclusivamente pelos ditames do mercado e onde a exclusão protagonizava o âmbito social.

No início dos anos 70 o sistema conjuntural capitalista entra num novo ciclo, eclodindo assim uma profunda crise nos países capitalistas centrais, a qual pôde ser evidenciada através da “aceleração das taxas de inflação, elevação dos déficits públicos e aumento do desemprego”, interrompendo assim um ciclo de mais de 25 anos de crescimento e o fim dos frutos do modelo de desenvolvimento fordista e dos métodos de organização do trabalho tayloristas. (FILGUEIRAS, 1997, p.9-29).

A doutrina neoliberal é portanto a mais adequada e condizente com essa nova fase de desenvolvimento, onde almeja-se a acumulação flexível, isto é, “seu movimento de valorização deve estar livre de empecilhos e restrições de quaisquer natureza”. Para isto é necessário que haja flexibilização em todo o decorrer do processo de acumulação. Ou seja, desde a flexibilidade espacial, passando pela temporal, pela produtiva, financeira e de comercialização, no uso e na contratação e dispensa da mão-de-obra até na flexibilidade da jornada de trabalho e da remuneração dos trabalhadores. (FILGUEIRAS, 1997, p.9-29)

Para o autor, toda essa flexibilidade impacta mudanças, principalmente nas relações entre capital e trabalho, onde se evidencia o desemprego estrutural e as diversas formas de precarização do trabalho, afetando principalmente as pessoas que dependem do trabalho, que constituem uma grande massa populacional. Tais impactos negativos sobre o mundo do trabalho, destroem o quadro social tanto dos países centrais, quanto dos mais periféricos, elevando o nível da pobreza absoluta com todas as suas conseqüências.

Por conseguinte, para Filgueiras, mesmo estando num processo de hegemonia da doutrina neoliberal, percebe-se um processo intrínseco não somente de homogeneização, mas também de diferenciação das sociedades em todo o mundo. Onde, enquanto alguns conseguem se igualar, transpondo barreiras e valores culturais, concomitantemente, outros são marginalizados e conseqüentemente excluídos do processo de criação e consumo da riqueza.

Outro ponto tocante é o enfraquecimento no setor produtivo, onde, diante disso, o capital industrial passou a incorporar algumas características adaptativas para este novo contexto de autonomização do capital financeiro. Assim, com o a globalização e o fenômeno da mundialização do capital, o capital produtivo adquiriu grande mobilidade, obtendo facilidade para migrar entre países que aderiram à liberalização do comércio internacional. Com isso, os limites representados pelas barreiras nacionais parecem se tornar permeáveis, cedendo abertura para que novas e gigantescas corporações liderem uma ampla integração do mercado mundial.

Juntamente com a disseminação das mudanças tecnológicas, o capital industrial ingressou numa competição acirrada, engendrando as aquisições e fusões e muitas privatizações, culminando em rebaixamento dos salários, redução significativa do poder aquisitivo e redução alarmante do emprego. Todavia, esta alta competitividade entre titãs é injusta, pois premia as economias desenvolvidas e exclui as nações periféricas, que por sua vez são mais atrasadas no processo de desenvolvimento.

Todas essas transformações contemporâneas resultaram num processo de precarização do trabalho, que em maior grau se deve à flexibilização do trabalho, a qual pode ser notada através do aumento vertiginoso das atividades autônomas, cooperativas, da terceirização, do emprego temporário e da informalidade. (DRUCK, 2002, p.12).

Em tal grau, a precarização do trabalho incitada, principalmente, pela flexibilização engendra uma grande insegurança e instabilidade, estreitando os vínculos empregatícios, o que conduz a força de trabalho a migrar para formas alternativas de trabalho, para continuar garantindo renda e ocupação.

No Brasil, segundo a DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio Econômicos) , o problema da desestruturação do trabalho está calcado inicialmente na péssima distribuição dos ganhos de produtividade que foram visíveis nas décadas de 60 e 70. Nesse período, existiu uma grande elevação do produto, mas em contrapartida, para isso, foi necessária que tal elevação coexistisse com baixos salários, além do grande descaso com o salário mínimo, desigualdade aguda e uma exacerbada concentração da renda nacional.

Mesmo nas décadas de 80 e 90, pós-democratização, o que se verificou foi uma década perdida e outra com intensa desestruturação da produção e do emprego nacional, respectivamente. Além disso, a década de 90 teve mais uns agravantes, isso porque com as aberturas comercial e financeira e a desvalorização da moeda doméstica propiciaram um quadro de dependência aos fluxos financeiros externos, o baixo crescimento e a desestruturação da produção e do mercado de trabalho.

As taxas anuais médias de crescimento do PIB observadas nos anos 90 (cerca de 2%) foram as mais baixas do século XX. O incremento das importações, as elevadas taxas de juros para favorecer o ingresso de dólares e a desnacionalização foram determinantes na desestruturação de muitos elos da cadeia produtiva. (MATTOSO, 2004)

Juntamente com a desestruturação da cadeia produtiva iniciou um processo de redução dos trabalhos formais e produtivos, corroborando a teoria de elevação dos investimentos financeiros em detrimento dos produtivos de François Chesnais. Segundo dados da DIEESE, o emprego formal reduziu-se em 3,3 milhões. Em contrapartida, o crescimento do trabalho informal nos anos 90 foi de mais de 62%, segundo IBGE e observa-se também no âmbito da PEA- População Economicamente Ativa - um crescimento dos trabalhos sem registros e a uma diminuição da participação relativa dos empregos assalariados de 1989 até 1996, fenômeno que o autor denomina movimento de desassalariamento<sup>3</sup>, como evidencia a tabela seguinte.

Tabela 1 – Situação dos Trabalhadores da PEA nos anos de 1989 e 1996

<i>Itens</i>	<i>1989</i>	<i>**1996</i>	<i>Variação anual 1989/96</i>	<i>média</i>
PEA	100,00	100,00		2,20
Empregador	4,20	3,5		(0,40)
Conta Própria	21,20	21,7		2,60
Sem Remuneração	7,60	8,8		4,40
Assalariado	64,00	58,8		1,00
- Com Registro	38,3	30,4		-1
- Sem Registro	25,7	28,4		3,7
Desempregado	3	7,2		15,8
Taxa de Subutilização*	31,8	37,7		4,7

Fonte: FIBGE, PNAD, apud. POCHMANN disponível em (2004).

\* Conta própria, sem-remuneração e desempregado;

\*\* Exclui o conjunto de pessoas não-remuneradas com menos de 15 horas semanais de trabalho e os ocupados pelo autoconsumo.

Por conseguinte, desde os anos 90, os trabalhadores ocupados foram obrigados a aceitar a informalidade e a precarização do trabalho, auferindo salários inferiores ao mínimo até dois salários mínimos no máximo.

No que concerne ao campo jurídico, também é possível verificar fatores que favorecem a desestruturação do trabalho. Segundo o autor Márcio Pochmann, no Brasil, assiste-se à uma deteriorização do estatuto do trabalho. Ultimamente, as medidas legais adotadas contribuem para acentuar cada vez mais a precarização das condições e relações de trabalho. Como a aprovação legal das cooperativas de trabalho, abandono da política salarial, rebaixamento do salário mínimo, o projeto de emprego temporário com rendimentos e encargos sociais restringidos e a Medida Provisória (1.539/97) que autorizou a abertura do comércio varejista aos domingos sem o pagamento de horas extras e sem obrigação de negociação ou acordo/convenção coletiva (POCHMANN, 1997). Enfim, ao passo que os processos produtivos utilizam cada vez mais os avanços tecnológicos, os trabalhadores ainda conservados em seus postos são obrigados à cumprirem maiores jornadas de trabalho.

Segundo a análise do economista Márcio Pochmann, a precarização do trabalho chega a um grau tão gritante, que já não se deve classificá-lo apenas como legal e ilegal, acrescentando também o trabalho alegal, ou seja, o trabalho que não tem regulação pública. Tal qualidade de trabalho aumenta assustadoramente, chegando à marca de 29% da população ocupada (considerando 65 milhões de pessoas ocupadas no país).

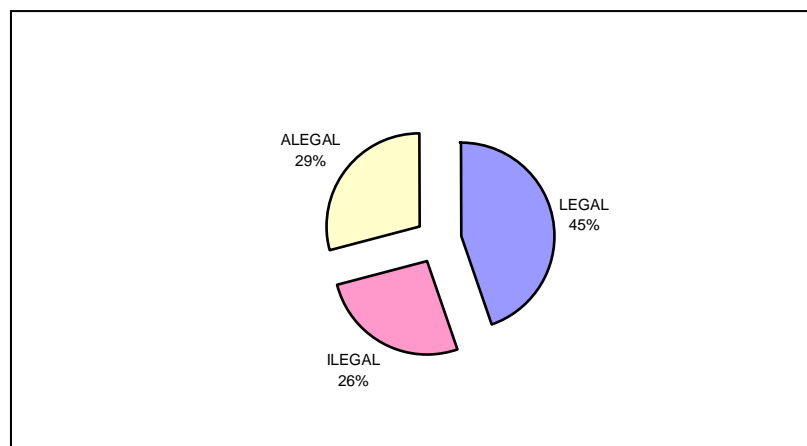


Gráfico 2 – Classificação da Ocupação do Brasil em 2004  
Fonte: disponível POCHMANN (2004)



Por conseguinte, as transformações que são inerentes ao capitalismo cedem espaço à inserção da Economia Solidária. Isto porque a autonomização do capital financeiro e precarização do trabalho contribuem em larga escala no aumento do desemprego e do surgimento de novas formas de trabalho, respectivamente. Assim, nota-se que é plenamente possível a coexistência da Economia Solidária e do modo de produção capitalista, visto que o capitalismo já não pode absorver a demanda por trabalho, reduzindo a geração de renda, principalmente, para a parcela da população que não se enquadra no perfil do mercado globalizado.

Logo, o sistema capitalista oferece a condição existencial para a Economia Solidária e recebe em contrapartida, a contribuição que visa suprir parcialmente a necessidade do bem-estar social. Deste modo, delega-se a responsabilidade da missão social para entidades que se consideram fora do circuito da economia capitalista a fim de gerir o que o capitalismo não é capaz de fazer com eficiência. “... Diante desta série de perigos globais, o “mercado mundial”, apresentado como o grande administrador dos assuntos humanos, é tão inoperante como perante a crise social planetária.” (CHESNEAUX, apud. CHESNAIS, 1996, p.295).

### **3.1.3 Agravamento da Pobreza**

Outra característica peculiar do modo de produção capitalista se retrata perfeitamente naquele velho ditado popular “os ricos ficam cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres”. E em nosso país tal ditado tem uma comprovação empírica perfeita, sendo validada por uma das piores formas de distribuição de renda do mundo, onde milhares de pessoas não conseguem ter acesso à renda. Para piorar esse quadro, há também se verificado um fenômeno de queda nos rendimentos das regiões metropolitanas. Como exemplo, podemos citar a própria Região Metropolitana de Salvador (RMS), cujo rendimento máximo das famílias do primeiro quartil era inferior a 1,5 salário mínimo em 1999. (DIEESE, apud. SOUZA; MENDONÇA; LOURENÇO, 2002, p.96).

Para Singer, a pobreza não pode apenas ser combatida através de políticas macroeconômicas, pois o crescimento acelerado da economia reduz o desemprego e aumenta o poder de barganha dos sindicatos, os quais utilizam esse poder para elevar os salários mais baixos. Ou seja, esta medida macroeconômica tende a oferecer benesses a todos que já possuem renda e

oferece emprego àqueles que possuem o mínimo de condições de acesso ao mercado de trabalho. Além disso, ainda contamos com as máscaras que são utilizadas nos registros estatísticos, as quais qualificam como ocupadas pessoas que “sobrevivem” fazendo biscates. Deste modo, o ideal seria a utilização de políticas redistributivas realmente fortes para suavizar essas distorções.

Como esse ideal se encontra distante da realidade brasileira, faz-se necessário o uso de políticas microeconômicas que ajam diretamente na pobreza ou, mais precisamente, em suas vítimas. Vale salientar que muitas medidas tomadas para amenizar o quadro da pobreza crônica são efêmeras, pois somente ajudam os menos favorecidos por certo tempo, como a distribuição de alimentos, roupas, remédios, etc. Assim, devemos capacitar os cidadãos desfavorecidos, capacitando suas habilidades individuais. Entretanto, tal solução só é possível se estes cidadãos se unirem ajudando-se mutuamente, como numa cooperativa, a fim de convergirem suas habilidades pessoais para a produção, a qual necessita se consubstanciar a Economia Solidária, através de incubadoras populares de cooperativas desde a sua formação até a sua plena autogestão. (SINGER, 2002, p. 21-23)

### 3.2 BENEFÍCIOS

A grande contribuição da Economia Solidária para a sociedade é fechar as lacunas em branco deixadas pelo capitalismo, no que concerne ao contexto social, a fim de tentar aproximá-la de um Estado de Bem-Estar. Tal contribuição é verificada na geração de ocupação alternativa e renda, principalmente, para jovens que não conseguem o primeiro trabalho, encontrando oportunidade numa cooperativa e para as mulheres que estão se tornando a grande força de trabalho de muitos empreendimentos solidários. Enfim, absorvendo aqueles que sempre estiveram excluídos e também os que acabaram expulsos da economia formal.

Ignorados a princípio, esses empreendimentos começaram, nos últimos anos, a atrair a atenção de movimentos sociais, universidades e até mesmo de alguns governos e sindicatos. Mostrando que apesar de aparentemente ser classificado como utópico, está conseguindo apresentar resultados positivos na luta pela sobrevivência.

A Economia Solidária beneficia a massa de desempregados, oferecendo uma ocupação digna que irá lhe conceder renda para sua sobrevivência, livre de competição. Isso porque a Economia Solidária tem como principais características a propriedade social dos meios de produção e a transferência de poder para os trabalhadores, condenando a competição e a desigualdade. Na empresa autogestionária verifica-se a atenuação de desigualdades que se pode constatar através da remuneração dos trabalhadores, onde os salários são chamados de retiradas e geralmente são repartidos igualmente. Todavia, geralmente há certa desigualdade, pois é estabelecido um limite mínimo e máximo para as retiradas, para desta forma premiar os colaboradores com mais qualificação, os quais trabalham em prol de toda comunidade cooperativa. “Desigualdades são permissíveis quando elas maximizam, ou ao menos todas contribuem para [elevar] as expectativas de longo prazo do grupo menos afortunado da sociedade” (RAWLS apud. SINGER, 2002, p.13).

### 3.3. ENTRAVES

Apesar da Economia Solidária funcionar como o paliativo dos males do capitalismo, há também uma outra face que se encontra imbuída de contradições e problemas de formação. Tal face mostra suas imperfeições e fragilidades no que concerne sua coexistência com o modo de produção capitalista.

Primeiramente, podemos expor seu problema de formação que trás a probabilidade de que a economia solidária se transforme num modo de produção intersticial, ou seja, que a única forma de existência seja preencher as lacunas em branco deixadas pelo capitalismo. Ou seja, que existe uma relação de dependência da economia solidária perante o modo de produção capitalista. Desta forma, os empreendimentos solidários devem gerar sua própria dinâmica, a fim de não depender das falhas do modo de produção dominante. (SINGER, 2002, p.116).

O segundo problema refere-se à contradição teórica de abominar a competição, enquanto empiricamente a economia solidária necessita competir no mercado para sobreviver. Ou seja, as cooperativas precisam escoar sua produção para o mercado, disputando frente a frente com

as empresas capitalistas. Deste modo, notamos que apesar das contradições, tanto a economia solidária quanto a capitalista possuem um caráter mercantil.

Já o terceiro entrave, refere-se à necessidade de dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da economia solidária. Assim, poder-se-ia iniciar a construção de uma economia solidária auto-suficiente, protegida da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada, ou seja, o consumo solidário, onde as pessoas preferem consumir bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários. Isto poderia ser incentivado pelo Estado, o qual poderia oferecer amparo legal para a Economia Solidária. Como já ocorre no estado de Minas Gerais através de um projeto de lei que institui o selo Economia Solidária (ANEXO D).

Ao selecionar e consumir produtos das redes solidárias nós contribuimos para que o processo produtivo solidário se fortaleça, pois os valores que gastamos em tal consumo irão realimentar a produção solidária em função do bem viver de todos que integram as redes de produtores e consumidores. (MANCE, 2002, p.13).

O quarto empecilho refere-se à dificuldade de acesso ao crédito. Pois, se a aquisição de linhas de financiamento já é difícil para uma pequena empresa, a dificuldade se agrava ainda mais ao se tratar de cooperativas solidárias. Há alguns bancos ou instituições que oferecem tais financiamentos a juros mais baixos e com maior facilitação de pagamento, como o Bansol (Associação de fomento à Economia Solidária), sendo que hoje tal instituição visa disseminar a economia solidária e dar suporte técnico aos empreendimentos coletivos solidários. O meio mais eficiente para se captar recursos para as cooperativas solidárias é através do repasse financeiro de caráter social realizado por grandes empresas. Tal repasse é fomentado e incentivado pelo governo com programas de isenção e redução de alguns impostos para empresas que disponibilizarem ajuda financeira para empreendimentos solidários de forma sustentável.

O quinto entrave está relacionado à dificuldade de se realizar um estudo mais detalhado sobre a disseminação das cooperativas no país, isso porque as estatísticas não são confiáveis. Segundo a OCB (Organização de Cooperativas Brasileiras), existem 1.896 cooperativas

associadas em todo o país, todavia neste método de mensuração não existiu a preocupação em garantir a legalidade do empreendimento popular solidário. Isso se deve à difusão de cooperativas ilícitas que prejudicam a contagem, são as conhecidas “cooperativas de fachada”, ou seja, são empresas disfarçadas de cooperativas, com o intuito de reduzir a carga tributária e benefícios trabalhistas. Ou seja, este tipo de artifício denigre a moralidade fiscal da sociedade, a qual é inversamente proporcional à sonegação dos tributos devidos e as falcatruas que corrompem a fiscalização. Outro ponto importante foi o lançamento em 1996 do programa de financiamento a empresas de autogestão do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o qual iniciou este programa, financiando a aquisição de máquinas e equipamentos usados.

### 3.4 RELAÇÃO COM O GOVERNO

Desde 1970, o investimento social se tornou mais uma preocupação do Estado. Na Europa, esta intervenção do Estado através de políticas públicas em prol da amenização dos problemas sociais passou a ser conhecido como o Estado do bem-estar social. Todavia chegar ao Estado do bem-estar não é garantia de erradicação de problemas sociais. Assim, até mesmo um país desenvolvido e membro do G-7 enfrenta problemas sociais. Este é o caso da França que, contraditoriamente, apesar de possuir uma economia de mercado desenvolvida, criou alternativas de inserção de excluídos na atividade econômica, se tornando o berço das primeiras experiências da Economia Solidária.

Na França, o desenvolvimento da Economia Solidária se deve em grande parte pela contribuição das finanças solidárias, promovidas pelo Finansol – Finanças e Solidariedade, que é uma federação das vinte instituições de finanças solidárias francesas. Tal prática tem como principal fonte de recursos, a poupança privada, onde o Estado participa como um dos protagonistas oferecendo incentivos fiscais a fim de captar poupadores privados.

Através das finanças solidárias o Finansol canaliza recursos para depois disponibiliza-los em microcréditos, a fim de colaborar na formação e no desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, oferecendo uma grande oportunidade para as pessoas que não podem

passar pela burocracia dos bancos para adquirir financiamento. Além disso, os bancos não costumam ceder pequenos créditos, pois os custos são altos. E é neste momento que entram os agentes financeiros solidários, captando recursos, desenvolvendo projetos e realizando análise de mercado para reduzir custos na transação.

Alguns bancos colaboram com o Finansol neste processo, pois para realizar a captação de poupança é necessária a intermediação de um banco. Assim, o poupador solidário aplica seu dinheiro num produto de poupança, aceitando partilhar 50% do seu lucro financeiro, ou seja, o poupador fica com a metade dos juros incorridos, doando a outra metade às instituições financeiras solidárias. O Finansol oferece ainda segurança na aplicação dos poupadores, pois apenas um terço dos fundos das finanças solidárias financiam os pequenos empreendimentos.

Segundo Henri Rouillé d'Orfeuill, presidente da Finansol, tais fundos chegaram a 300 milhões de euros em 2002, onde apenas 100 milhões financiaram pequenos investimentos e os 200 milhões restantes foram investidos no mercado financeiro, a fim de aumentar a rentabilidade. O presidente da Finansol destaca ainda que o índice de inadimplência do microcrédito é de 6%, viabilizando a prática deste programa financeiro, o que, mesmo com a colaboração ainda pequena de 40 mil poupadores privados, propiciou a criação de 8 mil pequenos empreendimentos e 12 mil empregos financiados com 100 mil euros. Vale salientar que a taxa de sobrevivência destes empreendimentos é alta, chegando a 80%. (D'ORFEUIL, 2004, p. 36).

Além da colaboração dos bancos, a Finansol conta com um forte apoio do Estado para obter êxito nas finanças solidárias. Isso porque o Estado oferece incentivo para as aplicações sobre o capital de risco solidário, premiando o aplicador através da redução de 25% no imposto de renda.

No Brasil, há algum tempo, não somente a sociedade civil participa de ações que visam amenizar o problema da inclusão social. Além desta, o estado está colocando também em prática medidas paliativas que contribuem neste processo de inclusão. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, a questão da pobreza passou a ser levantada com maior força,

engendrando a criação das Secretarias de Ação e Combate à Pobreza. Entretanto, no governo atual as questões sociais foram colocadas como prioridade, chegando ao zênite com a criação de uma secretaria própria para a questão, a SENAES, propiciando um ambiente favorável para a disseminação da Economia Solidária no país.

Outra forma de participação do governo no desenvolvimento da Economia Solidária se dá através da ação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) uma organização criada e coordenada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) em parceria com o Unitrabalho, o DIEESE e a Fase, cuja proposta é a criar e oferecer suporte aos empreendimentos autogestionários, a fim de gerar ocupação e renda para os excluídos. Tal agência se propõe ainda a ser uma parceira das prefeituras municipais para por em prática políticas públicas para o desenvolvimento local da economia solidária. As políticas públicas são executadas através da ação conjunta da ADESOL (Agência Local de Desenvolvimento da Economia Solidária) e de um Sistema Local de Crédito Solidário, onde a ADESOL realiza o planejamento e coordenação de políticas públicas locais de desenvolvimento da economia solidária e o Sistema de Crédito Solidário financia os EES (Empreendimentos Econômicos Solidários). Para isso, a ADS propõe que os empreendimentos econômicos solidários sejam fortalecidos através de uma organização de complexos cooperativos.



Figura 1 – Esquema de Organização de Complexos Cooperativos

Fonte: ADS. Desenvolvimento Local e Economia Solidária. Jun.2001

Vale salientar que tais empreendimentos devem atuar em cooperação mútua, regidos pelos princípios da Economia Solidária e articulados ao desenvolvimento local, a fim de garantirem autonomia e sustentabilidade.

Na Bahia, além da presença de uma ADESOL, o governo se mobiliza através da SECOMP (Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais) e da SIS (Superintendência de Apoio à Inclusão Social). Tais órgãos realizam o Programa ONG Forte – Banco de Projetos (ANEXO E), que apóia iniciativas voltadas para o desenvolvimento comunitário através de ações sócio-produtivas, ou seja, atividades que elevem a qualidade de vida dos beneficiados e sejam geradoras de ocupação e renda. Deste modo, as entidades devem encaminhar um projeto para a secretaria, o qual será avaliado pelo banco de projetos. Para isto, serão avaliados a adequação da proposta ao programa da secretaria e os aspectos legais, valendo ressaltar que é imprescindível que a entidade (ONG – Organização Não Governamental - Cooperativa) possua o espaço físico.

Após o parecer, as entidades cujos projetos receberem a observação de deferimento serão contempladas de acordo com a Lei 8581 de 03 de abril de 2003 (ANEXO E), a qual trata da destinação de recursos dos orçamentos do Estado às entidades de direito privado sem fins lucrativos. Por conseguinte, os projetos contemplados receberão financiamento do Estado da Bahia, através do FUNCEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. Vale salientar que tal programa financia máquinas e equipamentos, que é uma forma de engendrar ações produtivas.

O governo do Estado disponibiliza ainda linhas de crédito especiais para fomentar pequenas produções. Tais linhas são oferecidas pelo Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., através do Credibahia – Programa de Microcrédito do Estado da Bahia, que além de disponibilizar recursos financeiros, oferece também recursos técnicos para os empreendimentos que não estão aptos a captarem um crédito formal. Para tanto, o Desenhahia conta como principais parceiros: as prefeituras, SETRAS a Secretaria de Trabalho e Ação Social) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).



Com o auxílio dos colaboradores, o programa do Desenhahia pode operar com custos mais baixos, podendo assim praticar uma taxa de juros de 2,5%, que é mais baixa do que no mercado de crédito. Nesta parceria, cada órgão colabora com alguma atividade, onde as prefeituras realizam o pagamento dos agentes de crédito e das instalações físicas, o SETRAS coordena e supervisiona os agentes de crédito, o SEBRAE identifica as demandas e realiza os treinamentos de agentes e micro-empresendedores e o Desenhahia se encarrega do sistema operacional, a liberalização e a administração dos recursos. Vale salientar que os empréstimos concedidos podem variar num limite mínimo de R\$ 200,00 e num máximo de R\$ 5.000,00. Inicialmente são disponibilizados créditos menores e, ao passo em que são pagos, os novos empréstimos são oferecidos com a mesma taxa, mas com limites maiores. Deste modo, os clientes que realizam os pagamentos em dia são premiados com aumento do limite de crédito. (GREVE, 2003, p.94)

#### **4 O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS (ITCP)**

A Economia Solidária tem se propagado de inúmeras formas em nossa sociedade, buscando amenizar problemas sociais de acordo com a manifestação e contextualização da forma e do local onde aparecem. Dentre as práticas solidárias existentes podemos enumerar: renovação da Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca e Credenciamento, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio, Sistemas Locais de Troca, Sistemas Comunitários de Intercâmbio, Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, Cooperativismo e Associativismo Popular, difusão de Softwares Livres, entre muitas outras práticas de economia solidária. (MANCE, 2002, p.2)

Porém, hoje, uma das instituições que formam, fomentam, e dão suporte aos empreendimentos solidários são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que propagam os ideais solidários, estimulando ações sócio-produtivas. As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (SINGER, 2002, p. 123). Tais incubadoras organizam comunidades periféricas em cooperativas mediante a incubação, um complexo processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumento de emancipação. Para Singer, a experiência das incubadoras universitárias é imprescindível para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Além disso, a incubadora possui um papel de intermediadora no processo de transferência de tecnologia, a qual é desenvolvida nas universidades parceiras das ITCP's e repassada para as cooperativas. Com isso, as universidades poderão testar empiricamente suas pesquisas, enquanto as cooperativas como cobaias realizarão inovação tecnológica e poderão ainda reduzir custos, elevando seu poder de competição frente às empresas capitalistas.

A incubadora a qual será abordada é a ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia, que pauta a sua atuação no desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma metodologia de incubação que seja capaz de contribuir, num processo eminentemente formativo, para a constituição de empreendimentos sócio-econômicos populares solidários autogestionário, onde o trabalho seja o fator de produção determinante e os resultados sejam partilhados igualmente.



Figura 2 - Estrutura Física da Incubadora

Fonte: própria

A ITCP/UNEB é vinculada ao Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, fundado em maio de 1998, o qual fora articulado com algumas instituições:

- i- COEP – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida;
- ii- COPPE/UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ;
- iii- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos;
- iv- FBB – Fundação Banco do Brasil;
- v- Programa Comunidade Solidária;
- vi- Ministério da Agricultura.

A ITCP/UNEB está associada ainda à duas redes universitárias:

- i- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, fundada em março de 1999, vinculada ao Programa Permanente da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (UNITRABALHO);
- ii- Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos, vinculada à Universidade de Sherbrooke, do Canadá.

A ITCP/UNEB é responsável pela incubação de cooperativas populares localizadas em bairros periféricos, como a COOPETANE (Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves), a qual produz papeis e artefatos através da reciclagem, e a COOFE (Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira), a qual produz pães e similares (ANEXO F), na qual foi realizada a pesquisa de campo para a realização deste trabalho monográfico.

#### 4.1 PROCESSO DE INCUBAÇÃO

No processo de incubação, a incubadora oferece às cooperativas todo o suporte para sua formação e desenvolvimento, a fim de que se torne uma entidade auto-sustentável.

Segundo a metodologia do ITCP/UNEB, o processo de incubação se dá mediante o cumprimento de três etapas:

- Curso de cooperativismo (anexo G)
- Estruturação do empreendimento
- Acompanhamento

##### 4.1.1 Curso de cooperativismo

Neste curso os conceitos são construídos coletivamente, somando as vivências de cada futuro cooperando com o facilitador. Tal facilitador discute o conteúdo dos assuntos através de

dinâmicas de grupo, contando com o apoio de textos e vídeos. Vale ressaltar que o curso é dividido em eixos temáticos.

O curso é constituído por 4 eixos temáticos (ANEXO G), estando envolvidos em cada um deles dois facilitadores, o que possibilita uma reflexão mais ampla sobre a metodologia utilizada, divididos da seguinte forma:

- Eixo 1 – Auto-Reconhecimento
- Eixo 2 – Mundo do Trabalho
- Eixo 3 – Desenvolvimento Local
- Eixo 4 – Cooperativismo

#### **4.1.2 Estruturação do Empreendimento Cooperativo**

Este é o processo no qual se realiza a estruturação política e econômica da cooperativa, necessitando previamente, desenvolver as seguintes atividades:

- Desenvolvimento da identidade grupal.
- Levantamento do perfil sócio-econômico local (comunidade, bairro, região).
- Construção do Estatuto Social e Regimento Interno.
- Definição e análise da atividade econômica a ser desenvolvida.
- Elaboração do projeto de captação de recursos para a implantação do empreendimento sócio-econômico.
- Fundação do empreendimento.
- Capacitações específicas para a prática da atividade produtiva.
- Acompanhamento no processo de legalização do empreendimento

### Eixo Político-social

- Formação do grupo
- Apresentação e discussão do processo de incubação;
- Estabelecimento das responsabilidades e papéis dos atores;
- Processo de construção da identidade grupal;
- Construção coletiva do histórico do bairro;
- Concepção da logomarca da cooperativa;
- Interação com outros empreendimentos econômicos populares.
  
- Levantamento do perfil sócio-econômico local (comunidade, bairro, região)
- Definição dos segmentos estruturantes que serão contemplados no levantamento;
- Levantamento dos dados secundários disponíveis;
- Elaboração do banco de dados;
- Elaboração dos questionários;
- Capacitação dos cooperantes para a aplicação dos questionários;
- Realização da pesquisa, sistematização e análise dos resultados.
  
- Construção do Estatuto Social e Regimento Interno
- Construção dos conceitos;
- Resgate dos objetivos da cooperativa;
- Positivização dos princípios do Cooperativismo;
- Discussão e definição dos direitos e deveres;
- Definição da estrutura do Estatuto e Regimento Interno;
- Elaboração do Estatuto e Regimento Interno;
- Fundação da cooperativa.

### Eixo Econômico

- Viabilidade econômico-financeira do empreendimento:
- Estudo do mercado para a atividade;
- Análise da viabilidade econômico-financeira do empreendimento;

- Oficinas de elaboração de projetos para a captação de recursos destinados à implantação do empreendimento;
  - Capacitação para a gestão;
  - Capacitações específicas voltadas para a atividade econômica;
  - Organização do processo produtivo;
  - Início da atividade econômica.
- 
- Personalidade jurídica do empreendimento (Aspectos legais):
  - Levantamento das etapas relativas ao processo de legalização do empreendimento
  - Planejamento e realização de eventos para custeio das taxas de legalização.
  - Legalização do empreendimento.

#### **4.1.3 Acompanhamento do Empreendimento**

- Esta é a etapa da gestão do empreendimento solidário que deve ser gerido pelo grupo. Cabe à incubadora às seguintes atividades.
- Acompanhamento das rotinas administrativas;
- Acompanhamento do controle de qualidade da produção de bens ou serviços;
- Acompanhamento da apuração de custos, formação de preços, análise de contratos;
- Acompanhamento da administração financeira e contábil da atividade;
- Elaboração de projetos específicos para inovações tecnológicas demandadas durante o processo em oficinas pedagógicas;
- Capacitações específicas demandadas no processo.

#### **4.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Entre outras funções, cabe à ITCP oferecer assistência técnica às cooperativas incubadas durante e após a sua formação. Tal assistência é oferecida até que a cooperativa adquira a capacidade de se auto-gerir. Com este intuito, a ITCP capacita os cooperandos através de

cursos de gestão, contabilidade, informática, telemarketing e, no caso da COOFE, de panificação.



Figuras 3 e 4 – Assistência Técnica dos colaboradores da ITCP.

Fonte: própria

Assim, é possível comprovar a validade da hipótese da capacidade gerencial de que a ITCP oferece aos integrantes da cooperativa, cursos de gestão e capacitação para a execução de suas atividades laborativas voltadas para a produção e administração técnica e financeira dos negócios, como verifica-se na entrevista realizada com uma cooperanda. “Aprendi a viver em grupo é uma coisa muito difícil e cada dia que vai passando a gente vê que fica mais difícil ainda, mais que a gente vai tendo aquela paciência de tá trabalhando e... aprendi curso de cooperativismo, é ... curso de ... telemarketing, não foi? E ... informática, vários cursos [grifo meu]”. (Diamante).

A ITCP conta com a ajuda do corpo discente da UNEB, como os alunos de contabilidade, análise de sistemas, nutrição. Cada um oferece, sem interesse lucrativo, um pouco do seu conhecimento para os cooperandos.

Além dos alunos da UNEB, a ITCP recebe a ajuda do BANSOL – Associação de Fomento à Economia Solidária, uma entidade surgida na Escola de Administração da UFBA – Universidade Federal da Bahia, que não possui fins lucrativos e é formada por professores de administração da UFBA e alunos e ex-alunos da UFBA de diversos cursos, como administração, direito, economia, psicologia e secretariado. Tal associação recebeu em 2001 o



prêmio FENEAD para projetos sociais da Federação Nacional dos Estudantes de Administração.

O Bansol possui como objetivos:

- i- Promover e difundir relações econômicas e solidárias;
- ii- Desenvolver conceitos de gestão de empreendimentos coletivos solidários;
- iii- Fomentar empreendimentos coletivos solidários, por meio de apoio técnico-administrativo;
- iv- Coordenar o treinamento e a formação de pequenos empreendedores para atuarem no campo da Economia Solidária.

Os membros do Bansol realizam acompanhamento das cooperativas incubadas na ITCP, fazem seu fluxo de caixa, supervisionam a produção, verificando sua produção, sua receita, seus gastos, promovendo também projetos que visem potencializar ainda mais a capacidade das cooperativas, como projetos para expandir e diversificar a produção, para encontrar o melhor de autogestão para cada cooperativa. Tal acompanhamento é realizado durante o período de incubação, com a pretensão de ser estendido no período de pós-incubação.

Desta forma, através da assistência da ITCP juntamente com o Bansol e alunos da UNEB, as cooperativas conseguem se erguer e sobreviver no mercado, tanto no período embrionário, como o da incubação e pós-incubação.

#### 4.3 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

O processo de transferência de tecnologia se dá através do vetor Universidade – Cooperativa com a intermediação da incubadora.

É possível notar a transferência de conhecimento produzido nas universidades para as cooperativas quando nos deparamos com inovações. Tal transferência traz benefícios tanto para as universidades quanto para as cooperativas como já fora anteriormente explicado.

Na ITCP há alguns projetos inovadores bastante interessantes, como a transformação de sisal combinado à outros elementos em materiais utilizados na construção civil, como telhas, caixas d'água. Tal empreendimento seria de grande valia para a sociedade, pois poderíamos reduzir os custos com habitação, favorecendo os mais humildes.

Para a COOFE há um projeto que está sendo desenvolvido pelo curso de nutrição da UNEB, onde se busca encontrar uma receita mais nutritiva e com menor custo para produzir pães. Com isto, seria possível baratear o produto, podendo reduzir ainda mais o preço do pão de 50g e oferecendo mais nutrientes para as pessoas de bairros carentes.

Vale ressaltar que tais projetos não foram ainda colocados em prática. Eles se encontram em fase embrionária e por esta razão, não se pode realizar um estudo mais aprofundado da hipótese tecnologia de que a ITCP transfere tecnologia produzida na universidade (UNEB) para as cooperativas. Todavia, tem-se conhecimento da sua existência, da sua importância e dos seus prováveis benefícios, os quais foram anteriormente citados.

## 5 A COOPERATIVA MÚLTIPLA FONTES DE ENGOMADEIRA

A escolha da COOFE para a realização um estudo do caso deve-se a dois motivos: o primeiro, decorre do fato da COOFE ter sido o primeiro grupo trabalhado pela ITCP. O segundo motivo resulta da proximidade da cooperativa com a UNEB, o que acredito ter colaborado com uma maior ligação entre os cooperandos e a comunidade acadêmica.

O perfeito encaixe entre o objetivo da ITCP em fomentar o surgimento de empreendimentos sócio-econômicos populares solidários autogestionário e as necessidades da comunidade da Engomadeira, principalmente por ser um universo constituído de uma grande massa de desempregados e por existir um menor fluxo de renda, atrelada à proximidade do bairro com a UNEB promoveu as condições oportunas para a criação da COOFE. A interação Incubadora-comunidade deu-se inicialmente por intermédio das organizações locais, como o Conselho de Moradores da Engomadeira, a fim de promover a mobilização de um grupo disposto a construir um empreendimento solidário.

### 5.1 METODOLOGIA

Para uma melhor compreensão dos aspectos teóricos e realização da análise de algumas das hipóteses levantadas, como ocupação, renda e escala de produção/volume de negócios, foi imprescindível realizar um estudo de caso. Tal estudo foi efetuado com base em dados primários, os quais receberam um tratamento estatístico e qualitativo.

Para tanto, foram realizadas pesquisas exploratórias em dois âmbitos: na cooperativa e na incubadora, através de entrevistas com gravador e aplicação de questionários. Na cooperativa foram entrevistados seis cooperandos e na ITCP três responsáveis pelo processo de incubação. Vale salientar que, por exigência dos cooperandos, seus nomes foram mantidos sob sigilo, os quais se encontram indicados por pseudônimos de pedras preciosas neste trabalho monográfico.

Deste modo, foi possível extrair dados sociais e econômicos dos cooperandos, conhecer a estrutura física da cooperativa e da incubadora e obter dados referentes à receitas e despesas

da cooperativa, os quais, posteriormente, foram submetidos a tratamento estatístico para a realização das análises.

Com o intuito de participar e conhecer o trabalho dos colaboradores que fomentam a disseminação da economia solidária, a autora participou de reuniões no BANSOL, aonde pode perceber a relação desta associação com a incubadora e seu papel na assistência técnica das cooperativas, inclusive da COOFE.

## 5.2 O CONTEXTO DO BAIRRO

A Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira, COOFE, foi fundada em 5 de fevereiro de 2000 e está situada no bairro periférico de Engomadeira, localizado a 14 quilômetros do centro de Salvador.



Figura 5 – Mapa de Salvador-Bahia, em destaque bairro da Engomadeira

Fonte: Disponível em: < [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) >. Acesso em: jan. 2004.

A Engomadeira é um bairro que concentra, em sua maioria, pessoas vinculadas às classes sociais de baixa renda que apresenta uma população carente, onde grande parte desta se

encontra inserida no mercado informal, possuindo uma renda média familiar de 1,5 salários mínimos, segundo a ITCP. Tal bairro tem caráter residencial, mas com forte presença comercial. A maioria das residências possui estabelecimentos comerciais no pavimento térreo, fato que ocorre em quase toda extensão do bairro. As edificações residenciais são predominantemente de alvenaria e sem acabamento (reboco, pintura).

Quanto ao quesito infraestrutura, apresenta condições bastante precárias, principalmente no que concerne à pavimentação das ruas, saneamento básico, segurança e educação. Isto fica evidente quando se depara com diversas crateras no asfalto da rua principal, ausência de asfaltamento em muitas transversais, lixo exposto tanto na rua quanto na calçada e, além disso, os moradores convivem em constante insegurança, protegendo-se com grades, haja vista, a forte incidência de assaltos, principalmente em estabelecimentos comerciais. Vale ressaltar que o referido bairro conta apenas com duas escolas municipais.

No que se refere às atividades comerciais, o bairro de Engomadeira apresenta um comércio relativamente desenvolvido para sua desfavorável contextualização. Neste comércio verifica-se em maior intensidade a venda de confecções, cosméticos, além das padarias, farmácias e mercadinhos. Também é possível notar a presença da prestação de serviços em centros de estética, creches, escolas particulares, serviços de informática e locadoras de fitas de vídeo e DVD. O comércio conta ainda com a informalidade que negocia produtos diversos, tanto legais como ilegais, destacando entre eles, a venda de CD's piratas.

Neste contexto, podemos acrescentar ainda que a cooperativa não possui uma localização ideal, pois se encontra situada numa 2ª travessa, um local bastante afastado da rua principal. Não possui uma boa visualização, dificultando ainda mais o conhecimento e o acesso dos clientes e, conseqüentemente, impossibilitando vendas maiores.

A COOFE está localizada, mais precisamente, à Rua São Tomé, Travessa J. Sampaio – Engomadeira, e se encontra em fase de incubação sob a responsabilidade da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP.

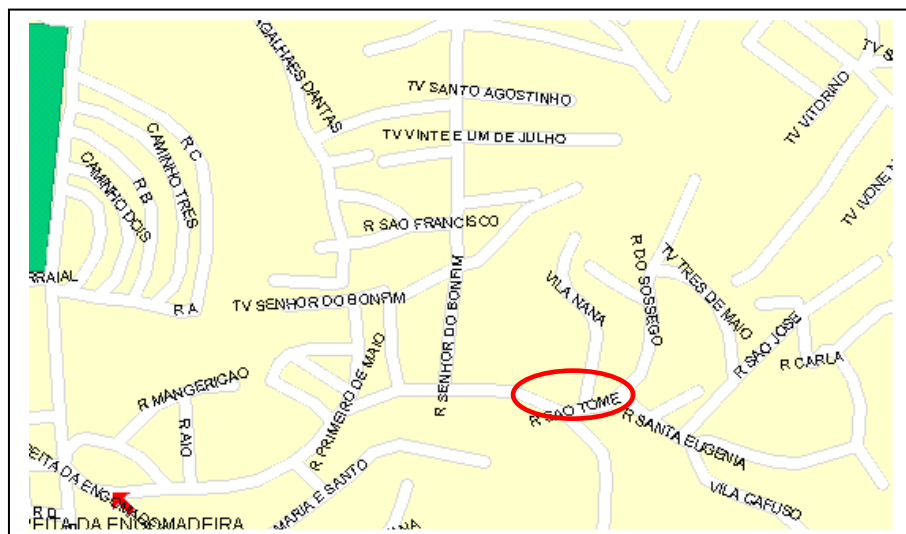


Figura 6 – Localização da COOFE no bairro da Engomadeira.

Fonte: Disponível em: < [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br) >. Acesso em: jan. 2004.

A ITCP propicia aos moradores de bairros populares a oportunidade de garantir ocupação e renda, principalmente aos trabalhadores desempregados e donas de casa que necessitam de trabalho para se tornarem mais independentes e aumentarem suas rendas familiares, o que é possível comprovar na entrevista. “Antes eu era uma pessoa dependente de alguém, né? E agora não, agora eu sou dependente de mim e... pra mim as coisas se tornaram mais fáceis, porque se eu disser eu vou ali, eu vou mesmo, viu? Não digo que não sou estressada, tenho meus estresse ainda, (risos) mais melhorou com minhas colegas aqui.” (Diamante).

### 5.3 A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA

A formação da COOFE está totalmente vinculada a ITCP, ou seja, mais precisamente, não há um momento pré-incubação. A ITCP foi responsável pelo surgimento e desenvolvimento da COOFE através do processo de incubação.

O processo de formalização da cooperativa foi trabalhado e aprofundado a partir da elaboração do Estatuto e Regimento Interno, aprovados na Assembléia de Fundação, em 5 de fevereiro de 2000, na qual também foram eleitos e empossados a primeira Diretoria, o Conselho Fiscal e a Comissão de Ética. Todo esse processo foi construído coletivamente, de

modo a imbuir em cada membro um espírito cooperador, solidário e consciente da condição de ser um sujeito ativo.

A COOFE está registrada junto à Junta Comercial do estado da Bahia (JUCEB), Receita Federal e Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município de Salvador (SUCOM). Os recursos necessários à legalização foram levantados, precariamente, através de eventos realizados pelos cooperantes na própria comunidade, como bingo, bazar e festival de pipoca.

Vale ressaltar que os equipamentos necessários para iniciar a produção foram financiados (doados) pela PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da UNEB. No que concerne a insumos, estes foram adquiridos pelos próprios colaboradores da cooperativa com bastante dificuldades. Isso porque, para arrecadar os recursos necessários, os pré-cooperandos e seus colaboradores realizaram bingos e bazares no próprio bairro.

Além desta ajuda, a COOFE contou ainda com o apoio do Bansol, o qual contribui com uma linha de crédito solidário através de seu projeto inicial de oferecer microcrédito aos empreendimentos solidários. Vale salientar que este crédito fora adquirido num Fundo Solidário, o qual fora inicialmente formado pelo prêmio FENEAD no valor de 20 mil reais. A quantia financiada pelo Bansol à COOFE não possuía fins lucrativos. Foi exigida apenas uma taxa para manter o projeto, a qual recebeu a denominação de Taxa de Retribuição Solidária, que incluía a correção monetária e gastos com a movimentação financeira. Assim, através desse adicional, seria possível ajudar outras cooperativas. (VASCONCELOS, 2002, p.135.)

#### 5.4 OS COOPERANDOS

De acordo com os resultados das entrevistas realizadas com os cooperandos, verificou-se que dos sete cooperandos integrantes, cinco são mulheres, representando assim, 71% do universo de cooperandos, enquanto a parcela de homens chega à 29%.

Vale salientar que a cooperativa iniciou com 21 cooperandos, os quais foram se desvinculando, provavelmente por atrativo de maior renda ou mesmo pela busca a fim de encontrar um emprego formal nos moldes do mercado capitalista. Tal fato pode ser entendido pelo fato de que a renda auferida pelos cooperandos ainda se encontra abaixo do salário mínimo, o que incita e explica a provável insatisfação dos cooperandos afastados.

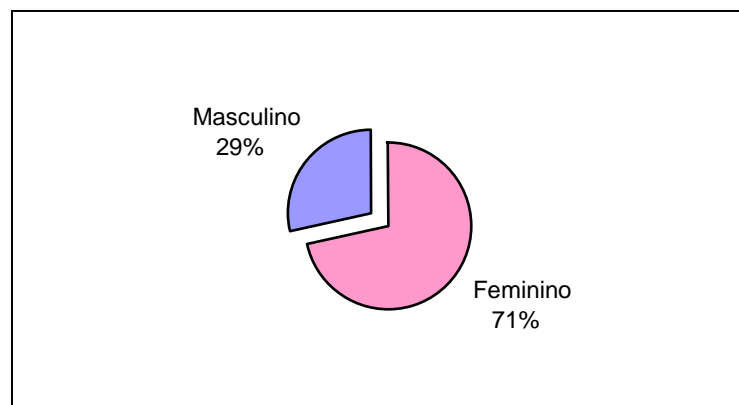


Gráfico 3 - Sexo dos Cooperandos

Fonte: Aplicação de questionários vide apêndice.

Nesta cooperativa pode-se notar que os cooperandos possuem idade acima dos 30 anos, sendo que 50% deles se encontram na faixa etária entre 30 e 40 anos. São principalmente, pessoas que estavam sem perspectivas de ingressar no mercado em virtude da idade e donas-de-casa que necessitavam colaborar com a renda familiar. Além disso, do total de cooperandos, 50% estão inseridos numa faixa etária entre trinta e quarenta anos.



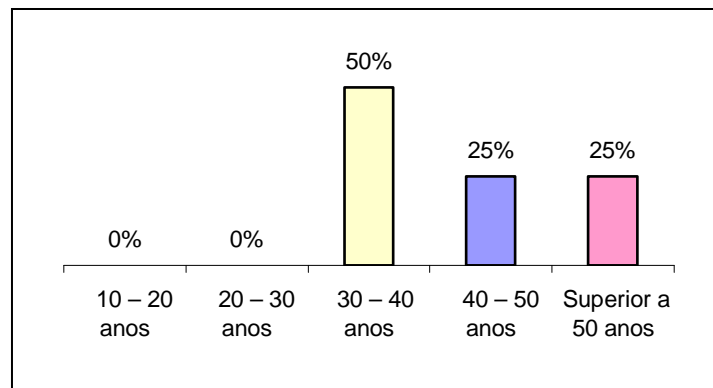


Gráfico 4 – Faixa Etária dos Cooperandos

Fonte: Aplicação de questionários vide apêndice.

Quanto ao grau de instrução, 50% dos cooperandos afirmam terem concluído o nível médio, enquanto 25% destes chegaram ao ensino fundamental incompleto e os outros 25% alcançaram o curso médio incompleto. Em contrapartida, há pessoas que mal sabem escrever, ressaltando que o ingresso na cooperativa contribuiu no aprendizado de alguns cooperantes, fato que foi verificado na entrevista realizada para este trabalho monográfico. “Aprendi bastante coisa, de tudo um pouquinho, aprendi fazer pão, aprendi a escrever [grifo meu] , quase que eu não escrevia nada aqui essa anotação de pão aqui, eu aprendi aqui, que eu não sabia fazer nada disso, aprendi aqui através das minhas ilustre colegas. Já tô mexendo no computador, tô tomando aula de computação. E ...já tomei vários cursos de gestão”. (Rubi)

No que refere-se à prole, 75% dos cooperandos possuem filhos, destes 50% afirmam possuir até dois filhos e os outros 50% entre dois e quatro filhos. Ainda relacionado ao quesito família, 75% dos cooperandos moram com pessoas que não possuem ocupação, onde 50% das famílias possuem uma renda que gira em torno de 1 salário mínimo.

Todos também afirmam possuir uma renda que gira em torno de um salário mínimo. Destaque-se que, cada um possuía uma ocupação diferente antes do ingresso na cooperativa: agente de saúde, vendedora, diarista; alguns não possuíam profissão, não sabiam como poderiam utilizar sua força de trabalho a fim de serem remunerados, como é possível verificar na entrevista. “Eu aprendi a lidar com pessoas, conviver em meio de grupo, aprendi muita profissão, que é cursos atrás de cursos, é profissões. E também de conhecer, ter conhecimento

lá fora, em viagens a gente conhece pessoas, não é ? É um outro mundo, a COOFE ensina a gente um outro mundo”. (Topázio)

Exercendo tais ocupações, 50% afirmam que recebiam uma remuneração inferior a um salário mínimo ou até mesmo não possuíam renda.

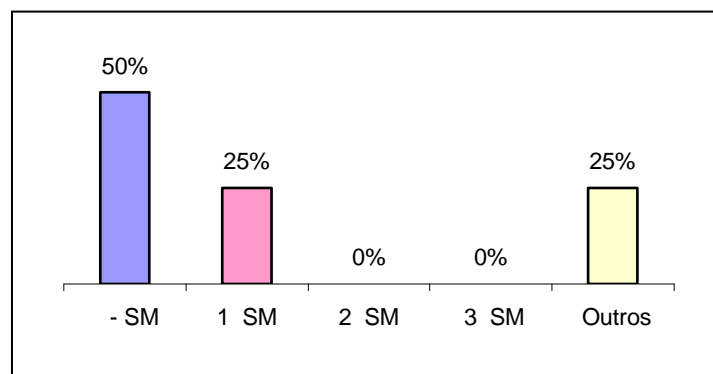


Gráfico 5 – Renda dos cooperandos anterior ao ingresso na cooperativa

Fonte: Aplicação de questionários vide apêndice.

SM = Salário-Mínimo

Outros = Não trabalhavam, logo não possuíam renda.

## 5.5 PRODUÇÃO, VENDAS E COMERCIALIZAÇÃO.

Para começar a produzir, a COOFE recebeu uma doação de equipamentos da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Uma vez que já existem outras padarias no bairro, o objetivo da cooperativa é atingir, no curto prazo, 5% do mercado local e, diversificar sua produção para pizzas e bolos, além de outros tipos de pães. Para tanto, seus membros consideram indispensável a potencialização da sua capacidade de vendas e diversificação de seus produtos.

A produção de pães é feita em uma casa que possui apenas quatro cômodos. É simplesmente uma casa que foi adaptada para o fim, ou seja, não é um lugar apropriado.



Figura 7 – Estrutura física externa da COOFE

Fonte: própria

Assim, em virtude da falta de uma estrutura adequada, alguns acidentes ocorrem no processo de fabricação, como queimaduras nos cooperados e perda de produção. No cômodo da entrada há um balcão para atender os clientes (figura 8) e ao lado, há uma sala com um computador, alguns móveis e um arquivo, local de interação entre os cooperandos (figura 9).



Figuras 8 e 9 – Estrutura interna da COOFE

Fonte: própria

É neste ambiente que os cooperandos se reúnem para conversar, trocar experiências, a trabalharem em grupo e hoje já fazem o controle de caixa através de anotações que posteriormente serão entregues à ITCP. Tal interação entre cooperandos pode ser verificada em entrevista realizada neste trabalho monográfico. “Além de trabalhar com o pão, aprendi a trabalhar em grupo [grifo meu], estou aprendendo ainda a trabalhar com o grupo. Tomei curso

de alimento, curso de cooperativismo, curso de gestão, curso de contabilidade também.” (Esmeralda).

Há outro cômodo onde acontece a produção propriamente dita, o qual comporta uma masseira onde é preparado o pão (figura 10). E o cômodo do fundo que acomoda os fornos e também funciona como estoque de insumos (figura 11).



Figuras 10 e 11 – Salas de Produção da COOFE

Fonte: própria

A cooperativa trabalha com uma produção de 1000 pães de 40g por dia, cuja produção é totalmente vendida. Para isso existem 7 (sete) cooperandos trabalhando diariamente de segunda à sábado, numa jornada de 8 (oito) horas diárias de trabalho.

Quanto à política de preço, a cooperativa utiliza o preço “justo”. Isto porque não há o intuito de se obter lucros exorbitantes; apenas o mínimo, depois do pagamento dos custos fixos e variáveis. O pão de 40g é o produto mais vendido, pois é acessível à comunidade, com um preço de 10 centavos a unidade. O preço é um fator de grande contribuição para a prosperidade da cooperativa, sendo assim um diferencial em relação aos concorrentes que cobram 12 ou 15 centavos.

No que tange à comercialização dos pães, as vendas são realizadas predominantemente através da distribuição nas residências dos clientes, ou seja, porta a porta, já que a cooperativa não possui uma padaria ou loja que seja visível aos clientes.

Anteriormente, as vendas eram feitas através da divisão dos cooperandos em sete grupos, cada um com duas pessoas que saíam todos os dias, à tarde, para vender a maior parte da produção de pães. Cinco destas duplas eram formadas apenas por mulheres que acomodavam os pães em caixas plásticas com capacidade para, em média, 150 pães de todos os sabores: milho, leite, sal e de queijo. Hoje, a venda porta a porta está sendo realizada por dois cooperandos do sexo masculino através da utilização de um carrinho que foi projetado especialmente para a COOFE e doado pela UNEB. Este carrinho tem capacidade para levar, em média, 500 pães, sendo que é muito pesado e por isso de difícil locomoção no bairro, que é muito acidentado. Os cooperandos saem para vender geralmente quando os pães estão prontos e contados, num horário que circunda às 16:00 horas. Os outros cinco cooperandos são do sexo feminino e trabalham de acordo com um revezamento de atividades. Ou seja, há uma permutação entre a venda realizada no próprio estabelecimento, a produção, o controle de caixa e a limpeza. Durante a manhã um número reduzido de cooperandos fabrica o pão para a vendagem da tarde. Neste período, a vendagem é apenas aos clientes que vem buscá-lo no estabelecimento. Vale ressaltar que a cooperativa também recebe encomendas de pães, doces e salgados, sendo seus principais clientes entidades e pessoas que apóiam a iniciativa do consumo solidário, como a própria UNEB, a CUT e outros.

## 5.6 ANÁLISE DOS GASTOS, RECEITAS E REMUNERAÇÃO DOS COOPERANDOS.

Com o intuito de cumprir os princípios autogestionários a ITCP oferece aos cooperandos o ensinamento de técnicas contábeis simples para controle interno, mas não interfere no processo de controle financeiro. Por esta razão, sendo tais cooperandos carentes de maiores instruções, os dados adquiridos estão susceptíveis à falhas de estruturação dos mesmos. Deste modo, as conclusões realizadas neste trabalho estão calcadas nos valores agregados de receitas e despesas do período de 2000 à 2003. Para efeito de avaliação do desenvolvimento da cooperativa foram comparados os dados dos anos 2000 e 2003, sobretudo porque naqueles anos foram contabilizados com alguns detalhes relevantes.

As receitas da COOFE no período de 2000-2003 demonstraram um vertiginoso crescimento nos primeiros três anos, apresentando, posteriormente, uma queda em 2003. Vale destacar, entretanto, que tal queda está relacionada com a saída de grande parte dos cooperantes, de 21 para 10. No entanto, é impossível deixar de perceber o progresso do desempenho da cooperativa em tão pouco tempo.

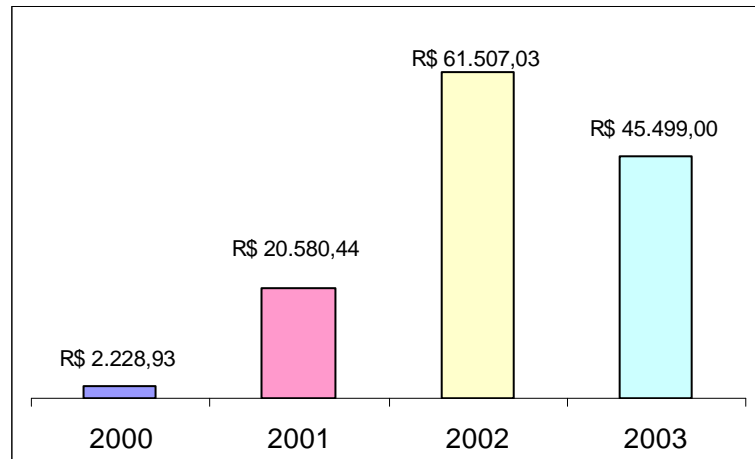


Gráfico 6 – Receitas no período de 2000 - 2003

Fonte: Dados concedidos pelo Sr. Maurício Nogueira (colaborador da ITCP)

Em relação às despesas, nota-se o mesmo movimento das receitas, o que contribui para comprovar que as receitas e despesas, praticamente, convergem para valores próximos, tendendo cada vez mais à menores lucros. Insistentemente, é válido destacar que a remuneração dos cooperandos se encontra inserida nas despesas da cooperativa. Todavia, tal remuneração é contabilizada em dinheiro e em produtos que os cooperandos levam todos os dias para suas casas, principalmente, pães fabricados pelos mesmos.

Outro ponto a ser destacado é a carência de detalhamento nas despesas, o que tornaria possível uma análise mais rica, principalmente em relação à falta de dados sobre o pagamento de empréstimos, de juros e sobre a discriminação dos impostos pagos pela cooperativa. No entanto, através de entrevistas, pode-se verificar, no que concerne ao pagamento de impostos regulares, que a cooperativa paga ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Ela se enquadra no mesmo critério das microempresas, onde o pagamento do ICMS

é inserido nas contas de energia elétrica. Além disso, a cooperativa emite nota fiscal, porém, é isenta de IR (Imposto de Renda).

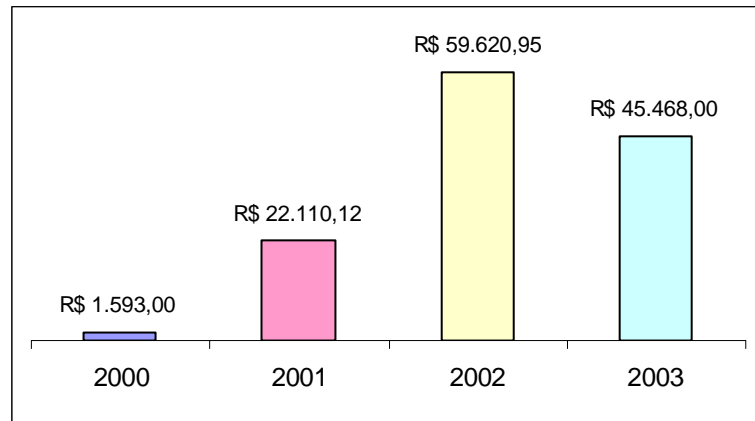


Gráfico 7 – Despesas no período de 2000 - 2003

Fonte: Dados concedidos pelo Sr. Maurício Nogueira (colaborador da ITCP)

No ano de formação da cooperativa (2000) pode-se comprovar a forma simples de aquisição de financiamento, através de bingos, festivais de cachorro-quente, bazares, alguns pequenos empréstimos e outros, o que chegou a soma de 2228,93 reais. No entanto, o empréstimo cedido pelo BANSOL não foi contabilizado. No que concerne às despesas, nota-se a presença de gastos comuns a qualquer empresa, como taxa da JUCEB (Junta Comercial do Estado da Bahia), Alvará de Funcionamento da SUCOM (Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município) e fardamento dos cooperandos.

Tabela 2 – Demonstrativo Financeiro da COOFE-2000 (Ano de formação)

<b>RECEITAS</b>		
Arrecadação do Bingo		1.077,00
Empréstimo ITCP		20,00
Pagtº de Empréstimo de Cooperandos Evangélicos		30,00
Arrecadação do Balaio (342 cartelas)		342,00
Arrecadação dos Bazares		298,43
Festival de cachorro quente.		369,00
Fornecimento de Quentinhas		4,63
Fornecimento de Coofe Break		87,87
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>2.228,93</b>
<b>DESPESAS</b>		
Taxa JUCEB		131,69
Alvará de Funcionamento da SUCOM		22,51
Fardamento		430,16
Pagto. De Empréstimo da ITCP		20,00
Transporte		248,26
Ingressos p/ Festival do cachorro quente		214,27
Materiais de Escritório		23,40
Outras despesas		502,71
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>1.593,00</b>

Fonte: Dados concedidos pelo Sr. Maurício Nogueira (colaborador da ITCP)

No que concerne ao demonstrativo financeiro de 2003, pode-se constatar a veracidade da informação referente à receita das vendas dos pães extraída previamente na ITCP e na COOFE que revelaram uma produção diária de 1000 pães, os quais eram vendidos a um preço de 10 centavos, o que culminaria numa receita de vendas diretas (vendas de pães e similares no próprio estabelecimento cooperativo) de 36.000,00 reais. Tal informação coincide com os dados presentes no demonstrativo financeiro de 2003, o qual evidencia uma receita de vendas diretas de 35.909,00 reais (Tabela 3), como pode ser comprovado na tabela a seguir:

Os únicos dados obtidos a respeito sobre a remuneração dos cooperandos correspondem ao ano de 2003. Naquele ano foi contabilizada em suas despesas uma remuneração anual total de 14.207,00 reais (Tabela 3). Assim, a partir da renda anual total, deduzimos que a renda mensal do cooperante gira em torno de 169,13 reais, quando o salário mínimo de 2003 era de R\$ 240,00. Com isso, nota-se que tal fato é contraditório em relação à renda média de 1



salário mínimo estimada pelos cooperandos. Por conseguinte, a hipótese de que, ao ingressar na cooperativa, os componentes passam a ter uma renda superior ou pelo menos similar à renda que possuíam antes do ingresso é válida para 75% dos cooperandos, os quais recebiam menos de um salário mínimo ou para aqueles que não possuíam renda. Apenas 25% dos cooperandos afirmaram receber 1 salário mínimo antes do ingresso na cooperativa. Porém estes são unânimes em ressaltarem que estavam desempregados ou nunca trabalharam, além de que se encontravam com sérias dificuldades para se inserirem no mercado, seja pela idade mais avançada, seja pela falta de maiores qualificações, validando a hipótese de que a cooperativa popular oferece ocupação aos seus integrantes, os quais se encontram excluídos do mercado de trabalho, fato que foi verificado na entrevista realizada neste trabalho monográfico. “Antigamente eu estava desempregada, apareceu o curso, a COOFE veio entre troncos e barrancos, hoje a gente está trabalhando, não recebemos o essencial, mais nós ganhamos [grifo meu], a COOFE pra gente também é o que? Mas na COOFE nós temos nossos momentos de trabalhar, nossos momentos de lazer, é... a intercooperação da gente leva a gente pra poder se distrair e de cada coisa existe um pouquinho dentro da COOFE” (Topázio)

Tabela 3 - Demonstrativo Financeiro da COOFE - 2003

<b>RECEITAS</b>	
Vendas por Encomendas	9.590,00
Vendas Diretas	35.909,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 45.499,00</b>
<b>DESPESAS</b>	
Insumos	30.520
Remuneração	14.207
Material de Limpeza e Escritório	741
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 45.468,00</b>

Fonte: Dados concedidos pelo Sr. Maurício Nogueira (colaborador da ITCP)

Outro ponto relevante, é que a partir destes dados podemos verificar que o lucro anual contábil (Receita Anual – Gastos Anual) deste exercício chega apenas a 31 reais, deduzindo

assim, um lucro mensal de apenas 2,58 reais, ou seja, praticamente não há lucro. Corroborando, assim, que a real intenção desta cooperativa é de ser uma fonte de ocupação e renda e não a de auferir lucros exorbitantes como ocorre em empresas capitalistas.

E mesmo em nos anos anteriores verificamos prejuízo em 2001, o que é posteriormente recompensado no ano seguinte. Enfim, são lucros pequenos, principalmente, se deduzirmos os lucros mensais.

Por conseguinte, é possível confirmar a validade da hipótese da Escala de Produção/Volume de Negócios de que a quantidade produzida e quantidade de vendas são suficientes para cobrir os custos e garantir a renda dos cooperandos. Porém, sem a geração de lucro, como se pode comprovar no gráfico seguinte, salientando que, somente no ano de 2001, a cooperativa não cobriu seus custos, mas, mesmo assim, garantiu a remuneração de seus cooperandos.

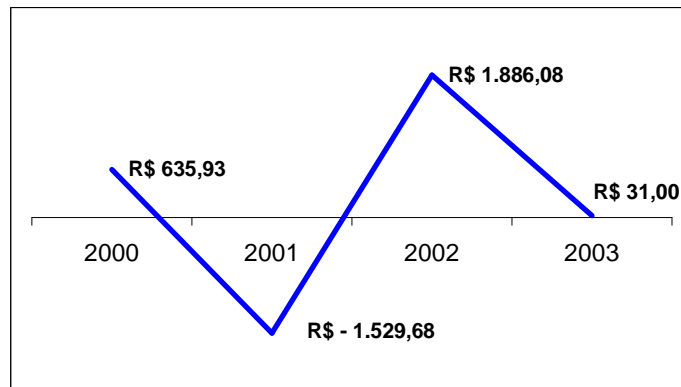


Gráfico 8 – Lucro ou prejuízo no período de 2000 – 2003

Fonte: Dados concedidos pelo Sr. Maurício Nogueira (colaborador da ITCP)

## 5.7 PERSPECTIVAS

Inicialmente, uma das grandes prioridades da cooperativa é adquirir mais uma masseira com maior capacidade, para desta forma ampliar sua capacidade máxima de produção, de 1000 para 2500 pães por dia. Além disso, espera-se que a transferência de tecnologia da UNEB, através do curso de nutrição, possa ser realizada em breve, a fim de poder baratear os custos dos pães e diversificar sua linha de produtos, principalmente a de poder produzir pães mais nutritivos para a população do bairro da Engomadeira, que segundo posto de saúde da região, sofre de carência nutricional.

A COOFE e seus parceiros: BANSOL/UFBA, Conselho de Moradores, ITCP/UNEB e a Rádio Comunitária Local, com certeza irá vivenciar e assistir em alguns meses um novo cenário, isso porque através da inscrição no “Programa Petrobrás Fome Zero – Seleção Pública de Projetos 2004”, a COOFE conseguiu ter seu projeto “COOFE – Consolidação de uma experiência” aprovado. O que resultou num financiamento de 135.943,30 reais, podendo assim realizar a ampliação da produção, buscar uma nova estrutura física mais conveniente para cooperativa e criar mais ocupação para os moradores do bairro, inicialmente, pretende-se criar 22 novos postos de ocupação.

Enfim, doravante será possível gerar mais ocupação e renda aos excluídos do mercado de trabalho, preenchendo as expectativas dos cooperandos, os quais almejam a prosperidade da cooperativa, fatos verificados na entrevista aos cooperandos. “Que a gente possa conseguir subir alguns degraus mais, multiplicar a COOFE, dá trabalho e renda a muitos moradores do bairro e que a gente consiga crescer dentro da COOFE”. (Topázio)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se portanto que a economia solidária se encontra muito distante de atingir meios suficientes para se contrapor ao modo de produção capitalista. Afinal, sua inserção só é possível mediante a abertura concedida pelo próprio capitalismo através de suas crises conjunturais, as quais se encontram em dimensões profundas, revelando toda a ineficácia do sistema no âmbito social. Tal dependência também fica clarividente na exposição se alguns entraves, como a dificuldade em captar consumidores solidários, em adquirir financiamento, além da necessidade de competir para sobreviver.

Em contrapartida, é muito fácil notar que o capitalismo necessita ser “passado a limpo”, pois a desigualdade engendrada por este sistema é sufocante, irritante e necessita urgentemente de políticas públicas para conter tanta pobreza. E talvez, a fusão entre a economia capitalista e a solidária promova a melhoria do bem estar de vida, conduzindo a uma condição menos injusta e desigual.

Em várias partes do mundo, a economia solidária se encontra presente, e em nosso país, tal modo de produção nunca fora tão propagado e conduzido com seriedade, mostrando que o governo e as ações autônomas da sociedade civil, principalmente as administradas por ITCPs estão atuando juntos, intervindo na economia com o desejo de gerar riqueza de forma sustentável para os excluídos.

É por esta razão que a economia solidária não deve se colocar como uma alternativa para o capitalismo, mas como um paliativo para seus males. Reunindo economia e solidariedade na construção de novas formas de trabalho. Todavia nada é possível sem a introdução de uma ideologia de massa, que difundirá a economia solidária, conquistando “corações e mentes”, ou mais precisamente, levantando uma legião de consumidores solidários, os quais poderiam reproduzir um novo modelo de atividade econômica; mais humano, fraterno e solidário.

---

<sup>1</sup> “As iniciativas de promover a autogestão em empresas incapazes de sobreviver na forma original são importantes, não como contraponto do capitalismo, mas para que ele possa gerar resultados menos iníquos” (URANI, 2003, p.17).

<sup>2</sup> “O conjunto formado por uma sociedade-mãe (chamada normalmente de holding do grupo) e as sociedades filiais que estão sob seu controle. É a função de arbitragem da sociedade-mãe que confere ao grupo o seu caráter financeiro” (MORIN apud. SERFATI, [19??], p.143).

<sup>3</sup> Uma das principais causas explicativas do estágio atual do *desassalariamento* parece residir na eliminação dos empregos formais, posto que os empregos sem registro continuam aumentando, ainda que a taxas reduzidas e decrescentes. (POCHMANN, 2004)

---

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. A era do conhecimento, a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento. **Tecbahia**, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 19-46. (Praga – Estudos Marxistas, 3).

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

D'ORFEUIL, Henri Rouille. Finanças solidárias. **Rumos**, Salvador, p. 34-38, jan-fev. 2004.

DRUCK, Graça. Trabalho, flexibilidade e precarização. **Caderno CRH**, Salvador. 37, p.11-22, jul-dez. 2002.

FRANÇA, Genalto Carvalho. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.1, p.9-19, jun. 2002.

FRANÇA, Genalto Carvalho de ; LAVILLE, Jean Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.1, p.14-25, jun. 2002.

FILGUEIRAS, A. M. Luiz. Desestruturação do mundo do trabalho e o “Mal-Estar” desse fim de século. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.171, p.9-29, set./out.1997.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Rede de incubadoras e economia solidária**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.com.br>> Acesso em: 28 nov. 2003.

GREVE, Caio Márcio Ferreira. Credibahia: o programa de microcrédito do estado da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n.1, p. 127-130, jun.2002.

ITCP. Universidade Estadual da Bahia. **Incubação de cooperativas populares**. Salvador, 2003. 14p.

---

KRAYCHETE, Gabriel. A produção de mercadorias por não-mercadoria . **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.12, p.85-92, jun. 2002.

LESSA, Rogério; **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 28 nov. 2003.

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. **Cadernos do CEAS**, Salvador,n.189, p. 51-67, set/out. 2000.

MANCE, Euclides. **Rede de economia solidária**. Disponível em: <<http://www.redesolidaria.com.br>> Acesso em: 16 dez. 2003.

**MARINI, Ruy Mauro**. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. **São Paulo:Hucitec, 1997. p. 89-107. ( Estudos Marxistas 3)**.

*MARX, Karl. O capital: crítica da economia política.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. livro 1, v. 1.*

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/salmim/mattoso.xml>> Acesso em: 08 fev. 2004.

**POCHMANN, Márcio. A destruição gradual do estatuto do trabalho.** O Estado de São Paulo, **São Paulo, 12 jun.1997. p. 6.**

POCHMANN, Márcio. **Desestruturação do mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0802200407.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2004.

SENNÁ, Thais. Investimento social: o cifrão que remove diferenças. **Rumos**, n.213. p.26-38. jan-fev, 2002.

SERFATI, Claude. **A mundialização financeira**; [S.l.:S.n.], [19??].

SINGER , Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

---

SINGER, Paul. **O capitalismo**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOARES, Nicolau ; FARIA, Glauco. Economia e desenvolvimento para os novos tempos. **Rumos**, 2002.

SOUZA, Laumar Neves de.; MENDONÇA, Joseanie.; LOURENÇO, Roberta. Florescendo Solidariedade. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n.1, p. 93-101, jun.2002.

VASCONCELOS, Nilton. Bansol: uma nova experiência em finanças solidárias. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n.1, p. 131-139, jun.2002.

VEIGA, José Elida François. As onda longas do capitalismo industrial. **Revista Sociedade Brasileira e Economia Política**, Rio Janeiro, n.3, p.59-79, dez.1998.

URANI, André. Economia solidária: o que o capitalismo tem a ver com isso? **Rumos**, p.16-19, jun. 2003.